

O QUE VOCÊ ESPERA DA ARTE DIANTE DO ATUAL CENÁRIO DE EXIGÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS? – UM OLHAR DESCOLONIAL-DOCENTE SOBRE AS LÓGICAS DE "INOVAÇÃO, TECNOLOGIA, INTERNACIONALIZAÇÃO", FLEXIBILIZAÇÃO, EXTENSÃO E SUSTENTABILIDADE NA UEMS¹

WHAT DO YOU EXPECT FROM ART IN THE CURRENT SCENARIO OF UNIVERSITY DEMANDS? – A DECOLONIAL-TEACHER LOOK AT THE LOGICS OF "INNOVATION, TECHNOLOGY, INTERNATIONALIZATION", FLEXIBILIZATION, EXTENSION AND SUSTAINABILITY AT UEMS

¿QUÉ SE ESPERA DEL ARTE EN EL ACTUAL ESCENARIO DE EXIGENCIAS UNIVERSITARIAS? – UNA MIRADA DECOLONIAL-DOCENTE A LAS LÓGICAS DE "INNOVACIÓN, TECNOLOGÍA, INTERNACIONALIZACIÓN", FLEXIBILIZACIÓN, EXTENSIÓN Y SOSTENIBILIDAD EN LA UEMS

Marcos Antônio Bessa-Oliveira – UEMS/NAV(r)E²

RESUMO: A proposta deste texto considerará, especialmente, recentes reflexões que foram realizadas durante as aulas de Artes Visuais (2^{os}-2024) nos cursos de Dança e Teatro – Licenciaturas – da UEMS/UUCG em que, em conjunto com os/as acadêmicos/as, construí argumentações descolonizadas que discutem as atuais demandas colocadas como "exigências curriculares" às Universidades ("Inovação, Tecnologia e

¹ Este texto foi primeiro uma reflexão intitulada "O QUE VOCÊ ESPERA DA ARTE?" construída ao longo das aulas do segundo semestre de 2024, como tema e durante a disciplina de Artes Visuais, nos cursos de Dança e Teatro – Licenciaturas da UEMS, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária Campo Grande Santo Amaro. Por isso, antes de ser uma "simples" reflexão professoral acerca de alguns assuntos, o trabalho teve intenção de orientar aos/às acadêmicos/as matriculados/as na disciplina no desenvolvimento de seus projetos artísticos (teórico, plástico e extensionista) durante o curso da disciplina. Este texto está vinculado a um Projeto de Pesquisa intitulado "PRÁTICAS CULTURAIS LATINO-FRONTIÉIRAS: ARTES DE "PAISAGENS", SILÊNCIOS E APAGAMENTOS EM CENA NA CULTURA SUL-MATO-GROSSENSE", cadastrado na Divisão de Pesquisa/PROPP/UEMS, sob o protocolo 277652.1602.1343.05012022, e é vinculado ao Grupo de Pesquisa NAV(r)E – Núcleo de Artes Visuais em (re)Verificações Epistemológicas – UEMS/CNPq. Uma primeira versão deste texto foi apresentada durante o 32º ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP – FORMAS DE VIDA, realizado no formato presencial, nos dias 25, 26, 27, 28 e 29 de setembro de 2023, no Instituto Federal do Ceará (IFCE) - campus Fortaleza/CE/Brasil.

² Professor dos Cursos de Dança e Teatro -Licenciaturas, na Cadeira de Artes Visuais, e do Programa de Pós-graduação – Mestrado e Doutorado – Profissional em Educação/PROFEDUC da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS/UUCG. Pós-doutor em Linguagens; Doutor em Artes Visuais (IA-Unicamp) e Graduado em Artes Visuais. Líder do Grupo de Pesquisa NAV(r)E-UEMS/CNPq. E-mail: marcosbessa2001@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4783-7903>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7724599673552418>. Mato Grosso do Sul, Brasil.

Internacionalização”, Flexibilização, Extensão e Sustentabilidade), em especial, no nosso caso, às Artes, por meio de documentos e publicações como a “BNCC” (2018); o “Guia agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade” (2020); o “Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul” (2020) e a “Política Nacional de Extensão Universitária” além das palestras e reuniões (PROE/UEMS) acerca da discussão de “Flexibilização curricular” nos cursos da UEMS realizadas ao longo dos anos 2023/2024. Objetiva-se, com isso, assim como na disciplina foi proposto, debater a “exigência” desses para os projetos de arte na docência, na pesquisa e na prática artística, pois, de algum modo, mesmo para diferentes áreas do conhecimento espera-se que não sejam artifícios políticos (internacionais e nacionais) como meras demandas (estatais e privadas) mercantis.

PALAVRAS-CHAVE: Sensibilidade; Comunidade; Funcionalidade; Epistemologias; Arte.

ABSTRACT: The proposal of this text will consider, especially, recent reflections that were carried out during the Visual Arts classes (2nds-2024) in the Dance and Theater courses – Graduates – of UEMS/UUCG in which, together with the academics, I constructed decolonized arguments that discuss the current demands placed on universities as “curricular requirements” (“Innovation, Technology and Internationalization”, Flexibility, Extension and Sustainability), especially in our case, the Arts, through documents and publications such as the “BNCC” (2018); the “Guia agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade” (2020); the “Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul” (2020) and the “Política Nacional de Extensão Universitária” in addition to the lectures and meetings (PROE/UEMS) about the discussion of ‘Curricular flexibility’ in UEMS courses held throughout the years 2023/2024. The aim is to debate the “demand” for art projects in teaching, research and artistic practice, as was proposed in the course, because, somehow, even for different areas of knowledge, it is hoped that they are not political devices (international and national) as mere (state and private) mercantile demands.

KEYWORDS: Sensitivity; Community; Functionality; Epistemologies; Art.

RESUMEN: La propuesta de este texto considerará, en particular, reflexiones recientes que se llevaron a cabo durante las clases de Artes Visuales (2nds-2024) en las carreras de Danza y Teatro -Licenciatura- en la UEMS/UUCG en las que, junto con los académicos, construí argumentos descolonizados que discuten las actuales exigencias planteadas a las universidades como “requisitos curriculares” (“Innovación, Tecnología e Internacionalización”, Flexibilidad, Extensión y Sostenibilidad), especialmente en nuestro caso, las Artes, a través de documentos y publicaciones como la “BNCC” (2018); lo “Guia agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade” (2020); el “Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul” (2020) y la “Política Nacional de Extensão Universitária” además de las conferencias y reuniones (PROE/UEMS) sobre la discusión de la “Flexibilidad curricular” en los cursos de la UEMS celebradas a lo largo de los años 2023/2024. El objetivo es debatir la “demanda” de proyectos de arte en la enseñanza, la investigación y la práctica artística,

tal como se propuso en el curso, porque, de alguna manera, incluso para diferentes áreas del conocimiento, se espera que no sean dispositivos políticos (internacionales y nacionales) como meras demandas mercantiles (estatales y privadas).

PALABRAS CLAVE: Sensibilidad; Comunidad; Funcionalidad; Epistemologías; Arte.

INTRODUÇÃO – “À espera de um milagre”

“Embora as experiências, perspectivas e palavras sejam, sem dúvida minhas, suspeito que elas tenham alguma ressonância e relação com muitas, muitos, muitos de vocês”³ (Walsh, 2023, p. 174, tradução livre minha).

Dedico este trabalho aos/às/es alunos/as/es das segundas séries dos cursos de Dança e Teatro – licenciatura – que cursando a disciplina de Artes Visuais neste ano (2024) fizeram contribuições dialógicas extremamente significativos para a construção deste como uma reflexão sobre nossas vidas de artistas-docentes-pesquisadores.

Às vezes tenho a impressão de que esperamos um milagre em relação a arte. Me ressoa aos ouvidos, algumas vezes, a ideia de que a arte é a “salvadora da pátria”. E nem exclusivamente de uma pátria ou outra, mas de todas. Do mundo todo, diria eu. Por isso, inicialmente, propositalmente pensei nesta interrogação – “O que você espera da Arte?” – como mote para as discussões na disciplina de Artes Visuais das 2^{as} séries dos cursos de Dança e Teatro – licenciaturas – da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) Unidade Campo Grande – Santo Amaro (UUCG-Santo Amaro). Imediatamente, sobre isso, preciso argumentar-lhes de que me parece muita pretensão nossa, e, ao mesmo tempo imposição à arte, defini-la como salvadora de mundos em *condições* e *situações* históricas diferentes tão caóticos a nós impostas. Mas, mais ainda penso isso, considerando que a arte e menos ainda os artistas não têm que ter mais obrigações de salvar o mundo que qualquer outro profissional do sistema do trabalho.

³ “Aunque las experiencias, perspectivas y palabras son, sin duda, mías, sospecho que tengan algo de resonancia y relación con muchas, muchos y muchos de ustedes” (Walsh, 2023, p. 174).

Minhas suspeitas não são de todo as mais pessimistas, especialmente porque sou um profissional *da/com/por meio* da arte.⁴ Por isso mesmo acredito na arte como trans-formadora⁵. Aliás, sobre a dicotomia arte ou Arte não vou me ater agora para esclarecimentos acerca da pergunta-tema. Primeiro porque as discussões mais tensas certamente virão à tona, especialmente, por causa das abordagens feitas sobre a interrogação: quer seja, a partir do *pensamento descolonizado* como tenho tentado pensar acerca de tudo na minha vida, principalmente em relação à arte, a cultura e a produção de conhecimentos emergentes em lugares de *exterioridades* aos projetos moderno e pós-moderno, europeu e estadunidense, respectivamente erigidos a partir dos séculos XVI e XX.

A partir do pensamento descolonizado, *descolonial* ou *decolonial* (desde que pensado como tenho tentado, não quero dar à mínima aqui para esta discussão sobre grafia formal), quer seja o nome que dermos, portanto, abre um sem-fim de precedentes como respostas a esta pergunta, principalmente porque não teríamos, sequer também, as milhões de respostas que teríamos por meios dos projetos moderno e pós-moderno acerca do que se esperar da ideia deles de Arte. Então, sobre isso, é possível que discutamos muitas possibilidades “como respostas” à pergunta; aspei o como respostas porque me é muito claro que considerar respostas possíveis não quer dizer que estaremos fechando e/ou restringindo o que cada um de nós, eu, vocês e os outros, esperamos da arte ou esperamos com ela⁶. Mais ainda, porque sequer nossas ideias sobre arte, certamente, não são as mesmas independentemente se pensar todos e todas por meio de um pensamento descolonizado, descolonial ou decolonial, como queiram.

⁴ Sobre isso meu recente livrinho “ARTE E TRABALHO. ARTE COMO TRABALHO. TRABALHO DA ARTE.” (2024) traz discussões bastante interessantes sobre esta tríade que vem ilustrada desde o seu título.

⁵ O “trans-formadora” é uma discussão conceitual que empreendi sobre a Universidade e Arte (2023).

⁶ Este esperar com a arte é, de algum modo, acreditar na ideia, por exemplo, de que por meio da arte podemos sim salvar o mundo. Mas, entretanto, é discutível a perspectiva que se tem desse esperar, assim como de arte e do mesmo modo de quem devemos/precisa ser salvo.

Consequentemente, esse pensar-sendo da exterioridade aqui em reflexão não é um pensamento da exterioridade como exclusão de contextos diversos da interioridade moderno-pós-moderno estruturantes. Pensar-sendo não-europeu não é re-forçar a guetização das diferenças coloniais em contextos excluídos – isto já é não só resistir: como sendo não participantes dos Sistemas que separam. Pelo contrário, pensar da exterioridade é compreender a inexistência de uma única historiografia das artes, por exemplo, e é o mesmo que se reconhecer como sujeitos produtores de arte, cultura e de conhecimentos que não necessariamente estão subscritos aos lugar e tempo ontológicos, mas existenciais e, por isso, re-existentes às ideias hegemônicas materialistas desses (Bessa-Oliveira, 2021, p. 10).

Portanto, *pensar a partir da exterioridade* a questão em emergência, para as discussões em construção e para os projetos teóricos e plásticos que estiveram circunstanciados nesta – “O que você espera da Arte?” – e agora para discutir as prerrogativas exigidas aos currículos universitários de “Inovação, Tecnologia, Internacionalização”, também “Extensão”, “Flexibilização” e “Sustentabilidade”, será pensando em “sensibilidade, comunidade e funcionalidade” *outros* da/para/com as produções de artes, culturas e conhecimentos que emergem desses sujeitos=*bio*; espaço=*geo*; corpo=*individualidade*; gráficas=*narrativas* – *biogeocorpográfias*.

E ao aproximar, mais uma vez, geopolítica, corpopolítica e *biogeocorpografias*, agora incluindo também a consciência descolonial de ser um corpo consciente que é o mesmo que ser um corpo *anthropos*, que tem em si a emergência de espaços geográficos, histórias, memórias e narrativas, arquivos e experivências que resultam em arte, cultura e conhecimentos *outros*, é possível dizer que traço uma **lógica cartográfica de ser, sentir e saber para fazer-sendo um corpo consciente**. Entretanto, tal lógica cartográfica, como não poderia ser diferente, não toma a fronteira restrita em lugar geográfico delimitado por sistemas que emergem muros e/ou barreiras naturais intransponíveis entre sistemas econômicos e políticos que tentam, mas não conseguem, separar os sistemas culturais (Bessa-Oliveira, 2023a, p. 12-13, grifos do texto).

Esta passagem, demonstra, portanto, que a ideia do que esperar da Arte poder ser múltipla em sentidos, muitas vezes, sequer reconhecido pela noção de arte ou Arte que viermos a tratar nesta discussão e/ou em muitos outros lugares. Por ora, vale dizer, por exemplo, que podemos ter na expectativa da Arte – “O QUE VOCÊ ESPERA DA ARTE?” – a possibilidade de proporcionar às pessoas

impressões táteis e sensíveis *outras*; podemos levar às pessoas questões que sequer elas, e até nós mesmos, pensemos *conceitualmente sobre e a partir das artes em relação às nossas vidas cotidianas*; podemos evidenciar o quanto *a arte é, pode ser, ou até mesmo não ser*, algumas coisas que nos acercam; a arte pode, claro, evidenciar as *relação entre homem e natureza*, mas em que medida a arte e natureza são importantes enquanto epistemologias para conviver (Acosta, 2016), não sobreviver; por meio da arte ainda podemos fazer conhecer, respeitar e compreender as outras matrizes culturais, por exemplo, que contemplam a *diversalidade* da cultura brasileira; e, não muito diferente, *arte e comida*, para além de “pratos bem montados”, podem, ambos, ser os alimentos da alma e do corpo (Achinte, 2014), claro.⁷

Evidentemente, considerando minha abordagem a partir da descolonialidade, não quis sequer restringir aos/às acadêmicos/as a perspectiva de trabalhos descolonizados. Mas, tendo em vista a minha postura docente e epistemológica em relação às questões relacionadas à arte, esperava que os trabalhos também não se restringissem às histórias e geografias alheias aos

⁷ Estas últimas questões levantadas como possibilidades de discussões a partir da pergunta-tema levam em consideração os temas sugeridos pelos/as acadêmicos/as da disciplina no ano de 2024. Separados/as em (06) seis grupos de trabalho – (03) três de Dança e (03) de Teatro – que elegeram, na primeira discussão do semestre acerca da disciplina, (06) seis possíveis temas para nossas aulas, sendo eles: “Trabalhar o expressionismo, sinestesia e estesia. Provocar por meio dos sentidos, para fruição e experimentação do público”; “Pós-conceito”; “Tudo ou nada em movimento”; “Qual é a sua natureza?”; “Corpo Ancestral”; e, “o ajantarado efêmero”. Assim, considerando a multiplicidade de temas, bem como a imensidão de respostas possíveis à minha pergunta-tema, como já dito antes, os seis temas acabaram sendo considerados subtemas ao tema-pergunta a partir dos quais (seu tema e a pergunta-tema) cada grupo desenvolveria seu trabalho respondendo às atividades da disciplina. De certo modo, esta questão vai ficar mais clara no decorrer da leitura, mas ela também contribuiu para desenvolver a pergunta acerca das imposições curriculares agora como sendo foco principal. Para isso, uma estrutura básica para os trabalhos, teóricos, prático-plásticos e para a atividade de extensão, e esta reflexão sustentaram a articulação entre os subtemas e o tema-pergunta para realização dessas atividades. Pois, considerando também essa multiplicidade, o caráter avaliativo enquanto disciplina precisava ter parâmetros que possibilitassem um julgamento justo para todos e todas ainda que sendo trabalhos e trabalhados de formas diferentes. Mas, em hipótese alguma, essa estrutura básica e/ou a reflexão quiseram de-limitar qualquer um dos projetos desses/as estudantes, menos ainda seus temas. E foi pensando nisso que, num segundo ciclo sobre os seus temas, cada grupo apresentou uma ou duas referências que abordassem a perspectiva sobre seus temas que os grupos consideravam pertinente. Estas referências compõem a referência desta reflexão a fim de aproximações entre essas.

corpos e “experivências” desses/as estudantes (Bessa-Oliveira, 2023a). Portanto, mesmo tendo as bibliografias sugeridas pelos grupos, minha leitura dessas também se deram a partir desta perspectiva que quis construir trabalhos discutindo arte, cultura e produção de conhecimentos emergentes *a partir de* qualquer lugar e corpo que seja. Então, não tinha intenção de circunstanciar e/ou fazer comparativos dessas atividades dos/as acadêmicos/as (supostamente sendo ou não descoloniais) em relação às produções histórico-geográficas que ao longo da História da Arte e por meio de Teorias da Arte – como disciplinas – foram sendo estruturadas supostamente como princípios para o mundo das artes.⁸

Além disso, que certamente não é pouco, tínhamos ainda o desafio de relevar tais trabalhos e temas desenvolvidos na disciplina de Artes Visuais – assim como são imprescindíveis em trabalhos/atividades em desenvolvimento em outras disciplinas universitárias desde 2022 – como práticas de extensão, inovação, tecnologia, internacionalização, flexibilização e com preocupações sustentáveis universitárias com protagonismo discente. Características colocadas como política pública em franca evidência e efervescências, por meio das “Diretrizes para as Ações de Extensão Universitária”, assim como as descrevem

⁸ Ainda sobre isso, minha perspectiva epistemológica descolonial teve como intenção provocar aos grupos uma abordagem de seus temas para além das lógicas evidentemente muito estabelecidas. Quer seja: do grupo que teve como subtema “Trabalhar o expressionismo, sinestesia e estesia. Provocar por meio dos sentidos, para fruição e experimentação do público”, gostaria que esse grupo pensasse em provocar outras experiências com seus trabalhos a fim de evidenciar experivências que não estariam consolidadas nas estéticas formais; já do grupo de “Pós-conceito” era bastante evidente para mim pensarmos em conceitos que os sistemas oficiais, certamente, nunca reconheceriam em relação às artes, por exemplo, a velha discussão sobre o conhecimento da arte e o conhecimento científico como divergentes, não como diferentes e conviventes; do grupo “Tudo ou nada em movimento” também é outra abordagem que poderia mostrar como a arte contempla outras (in)formalidades que os formalismos não conseguem ver por meio das artes e culturas das diferenças por causa de pré-conceitos, de toda ordem, estabelecidos; o grupo “Qual é a sua natureza?” poderia demonstrar qual é a Natureza da nossa subjetividade e corporeidade em relação às questões obrigatoriamente impostas e a nossa realidade vivida que não pactua com a Natureza; do “Corpo Ancestral” certamente poderiam trazer à tona, para além das fés, questões de todos os “sabores” para uma vida decente – sabores, neste caso, não se restringem à e nem abandona comida, claro; e, por último, mas não menos importante, do grupo “o ajantarado efêmero”, a discussão sobre arte e comida, mas também de vida e falta de comida, vida e excesso de comida, entre outras coisas, são imprescindíveis.

a “Política Nacional de Extensão Universitária” (PNEU), e, que foi abordada nas discussões nas aulas a fim de melhor esclarecê-la para todas e todos nós – acadêmicos/as e professor/a –, publicação de maio de 2012 do Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras:

As diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, pactuadas no FORPROEX, de forma ampla e aberta (NOGUEIRA, 2000), são as seguintes:

- *Interação Dialógica,*
- *Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade,*
- *Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão,*
- *Impacto na Formação do Estudante, e*
- *Impacto e Transformação Social.*

A expectativa é de que essas diretrizes, em conjunto, contribuam para a superação das três crises da Universidade Pública, apontadas por Boaventura de Sousa Santos (2004), quais sejam, a **crise de hegemonia**, a **crise de legitimidade** e a **crise institucional** (p. 29, grifos meus).

Então, se tal crise foi advertida por Boaventura de Sousa Santos já em 2004, infelizmente, de lá para cá, essa crise parece ter se agravado, especialmente em relação às Universidades públicas e, de modo claro, a *legitimidade* das Universidades públicas tem sido colocada em xeque; de formação, sendo que o Sistema do Trabalho é melhor contemplado já por Escolas Técnicas e até mesmo de Ensino Médio que garantem mão de obra para legitimar suas intenções operacionais e já por uma *legitimidade* crítica a Universidade tem perdido interesse da sociedade que se tornara mais ideológica; enquanto crise *institucional*, as Universidades têm sido empurradas para o precipício da “Inovação, Tecnologia e Internacionalização”, senão até sob uma ideia de “Flexibilização”, “Extensão” e “Sustentabilidade” que não têm esclarecidas suas reais intenções e/ou predileções⁹; e, a partir dessas duas, a *crise de hegemonia*

⁹ Às vezes me pergunto se a intenção da extensão, desta à qual estamos obrigados a desenvolver nesta e em outras disciplinas, por exemplo, (o que serve também para ser pensado das outras exigências) não é a prestação de serviços assistenciais e essenciais que deveriam ser ofertados à sociedade pelo Estado-nação nas suas diferentes instâncias (Municipal, Estadual e Federal). Obviamente, não que eu esteja querendo a universidade desvinculada de obrigações sociais, especialmente as instituições públicas, mas, definitivamente, também não vejo a oferta de “pão e circo” como uma das funções crítico-sociais da universidade. De certa forma, também ficará evidente, as ideias de flexibilizar e sustentabilidade, dentro das mesmas lógicas de

universitária vem se ampliando, pois, a Universidade perdeu sentido social enquanto espaço de *trans-formação* porque não deu atenção à sociedade fechando-se entre seus muros como espaço que controla/va o saber científico menosprezando os “saberes e conhecimentos populares”, e, mais ainda hoje porque não forma mão de obra para o Sistema do Trabalho que quer mão de obra operária controlada, cada vez mais (escravi)especializada¹⁰, para enriquecimento de poucos em detrimento de muitos mais empobrecidos. Mas, sobre isso, certamente, volto depois a tratar melhor no decorrer da discussão porque a própria sociedade não tem se visto controlada (mais uma vez escravizada) pela lógica do ter que Ter para tentar ser e sobreviver.

Por ora, sobre a obrigatoriedade da extensão universitária, como aparato curricular, mas *não disciplinar*, nossas ideias estão ainda escurecidas da sua aplicabilidade e, mais ainda, acerca das suas reais efetividades;¹¹ tanto na sociedade que parece querer soluções mais práticas e efetivas, quase assistencialistas, em relação às ofertadas pelo Poder Público – nos diferentes níveis institucionais: Municipal, Estadual ou Federal – que parecem ser, quase sempre, falhas e, quando muito, atrasadas; tanto quanto internamente à própria Universidade que parece não estar ciente e ter para ela às claras as prerrogativas de uma extensão, porque, em muitas vezes, a exemplo da própria UEMS, parece querer suprir a falta do Poder Público exigindo da sua mão de obra “intelectual”

desenvolvimento e progresso, já não sustentam mais a *situação* das vidas humanas e da Natureza. Ambas estão, cada vez mais, adoecidas.

¹⁰ Esta expressão – (escravi)especializada – quis dar o sentido da especialização hoje buscada pelo sistema econômico exploratório das universidades que não é o mesmo sentido de especialização de conhecimentos, ainda que técnicos, que era (e de certa forma ainda o é) ofertado pela Universidade. Quero dizer com isso, claro, que especializar-se é uma necessidade que explora a tecnicidade como único objetivo para o mercado de trabalho (quase escravizado). Enquanto a especialização ofertada pela universidade, em diferentes níveis (da graduação à pós-doutoramento) sempre esteve para uma especialização técnico-científica que também é mão de obra para o trabalho, mas que tem os processos relacionais (sociedade e sistemas) em pano de fundo. Logo, esta última trata da busca do bem-estar, ainda que não tenha conseguido oferecer este espaço de investigação para todos e todas da sociedade por questões de (des)ordem econômica estatais.

¹¹ A extensão universitária como *aparato curricular não disciplinar* me parece ser a perspectiva almejada pelas “Diretrizes para as Ações de Extensão Universitária”, da “Política Nacional de Extensão Universitária” (PNEU, 2012), que estariam na contracorrente desta como política disciplinada como comumente a universidade, muitas vezes, vem agindo ao longo da história.

trabalhos de intervenção (como extensão da universidade) de entretenimentos e assistenciais populistas para as comunidades carentes. Quer dizer, de um modo ou de outro, me parece que nós, na ponta da corda (professores/as e acadêmicos/as) parecemos não saber como fazer, outras vezes apenas buscamos corresponder as demandas mercantis institucionais que nos são impostas como curriculares produtivistas disciplinadas oferecendo de bom grado ilustração institucional; por outro lado, a própria Universidade, também me parece, não consegue conceber extensão como pesquisa-extensão-ensino (ensinando-aprendendo-aprendendo) socioculturalmente a Universidade na comunidade e as comunidades com a Universidade.

Aspectos comerciais e até quase industriais, ligados exclusivamente ao Sistema do Trabalho, em busca de, cada vez mais, mão de obra operária para ampliar recursos de cada vez menos pessoas, estão adentrando as Universidades como se essas tivessem que corresponder restritivamente a este legado já histórico. Logo, não estou dizendo que a Universidade não deve corresponder ao Sistema do Trabalho, mas estou ressaltando que a Universidade, como a entendemos como espaço de transformação (social, político, crítico, cultural e até econômico vinculado aos outros) não deve restringir-se a sistemas que querem mundos cada vez mais comerciais (industriais) e menos humanizados. E, neste sentido, certamente, a extensão universitária, como a quero compreendida, como braço da universidade na sociedade, convivendo – braço porque esta é parte do corpo social – e aquela com o corpo todo dentro da Universidade, não deve referir-se à sociedade e tratá-la como espaço de empreendedorismos, tecnicismos, desenvolvimentismos, travestidos em sociais, a fim de corresponder em números as demandas comerciais de Sistemas econômicos nacionais e até mesmo internacionais. Neste caso, (empreendedorismos, tecnicismos, desenvolvimentismos) muitas vezes vindos às claras por meio de assistencialismos que engendram a sociedade, de “mamando a caducando” que estão mesmo com carência de quase tudo, em desenvolvimentismos de atividades laborais ao invés de sociais e/ou culturais.

DESENVOLVIMENTO – De Arte e Corpo todo mundo devia ter consciência um pouco!

“O objeto semiótico cuja possibilidade de representação reside apenas na totalidade; enquanto **a virada semiótico-decolonial implica tomar o outro como signo, um signo que aparece como representação, como poder, como a possibilidade de transcender a totalidade**”¹² (Losacco, 2012, p. 689, tradução livre minha, grifos meus).

“**Se a retidão da vontade for destruída, a faculdade interpretativa se desequilibra** e o homem cai na deriva, na inautenticidade, no não-ser, no mal”¹³ (Dussel, 1972, p. 39, tradução livre minha, grifos meus).

“A derrubada de muros pode **resultar na falsa impressão de que certas distinções, como entre direita e esquerda, deixaram de fazer sentido**, quando na verdade **as rupturas ampliam as diferenças** e incorporam novos sentidos. **A queda de um muro**, em princípio intransponível – e daí sua eficácia (por exemplo, Berlin, 1989) –, **traz a necessidade de erigir novos marcos**, de traçar novos alinhamentos, de se **adotar novos critérios de diferenciação**, de modo a possibilitar **a continuidade da abertura e a ampliação do território** (conquistas, ultrapassagens, devires, incorporações), **para além das reduções do tipo Ocidente x Oriente**” (Machado, Lopes, 2020, p. 270-271).

“Ao criar a paisagem **o homem criou uma figura privilegiada da natureza com poder para aliar diferenças**, juntar contrários, tornar sensível a unidade do mundo; a sua contemplação incita à paz da alma e à sua elevação” (Roger, Piteira, 2020, p. 215, grifos meus).

“**A arte está relacionada a escavar e revelar esses segredos**. Para isso, é necessário entrar em contato com nossas raízes familiares, comunitárias” (Velasquez, Castro, 2020, p. 2, grifos meus).

“Se assumirmos que “a cultura começa quando o alimento cru é cozido” (Fernández-Armesto, 2004: 23), teremos de admitir que **há diferentes maneiras de cozinhar**”

¹² “Objeto semiótico cuya posibilidad de representación reside sólo en la totalidad; mientras el giro semiótico-decolonial implica tomar lo otro como signo, signo que aparece, en tanto representación, como potencia, como posibilidad de trascender la totalidad” (Losacco, 2012, p. 689).

¹³ “Si se destruye la rectitud del querer, el desquicio se apodera de la facultad interpretativa, y el hombre cae en la deriva, en la inautenticidad, en el no-ser, en el mal” (Dussel, 1972, p. 39).

alimentos crus¹⁴ (Achinte, 2014, p. 63, tradução livre minha, grifos meus).

Fiz questão de trazer a partir daqui no texto, encimando minha discussão, algumas passagens de autores e autoras – parte dos/as apresentados/as pelos/pelas próprios/as acadêmicos/as da disciplina de Artes Visuais, outros/as da minha “biblioteca” – que devem nos dar sentidos diferentes (até divergentes) sobre as diferentes coisas a serem tratadas aqui da perspectiva da Arte, levando em consideração os diferentes olhares às questões propostas. E, é exatamente neste sentido que olhares múltiplos fazem sentido para a discussão. Pois, como dito desde o início, as respostas à minha pergunta-tema podem ser in-finitas: faço questão de grafar assim, pois, até essa lógica de finitude, ou não, pode ser ponderada quando se têm múltiplos olhares sobre uma “mesma coisa”. Então, para alguns a resposta pode pôr fim à interrogativa da minha pergunta: finita. Enquanto para outros uma resposta pode abrir para outras perguntas que abrem mais outras e que não permitem concluir-se com uma única resposta. Quer dizer, seriam infinitas respostas como possibilidades de respostas.

Preciso confessar-lhes que, apesar de ainda relutar, tenho esperado cada vez menos respostas da Arte. E isso se deve, não exclusivamente à arte, mas às muitas coisas que foram se tornando naturais à arte, bem como em relação à muitas pessoas que se constituem do e o sistema da Arte, e, de algum modo, até mesmo em relação às pessoas que constituem nosso sistema-mundo (acadêmico, social e cultural, mas também político). Do mesmo modo, não atribuo a totalidade desta falta de anseios em relação à arte à própria arte porque tenho sentido dificuldades em questões que estão na ordem das pessoalidades e que, também por isso, não consigo ver respostas na própria arte como se esta me ofertasse um milagre. Quero dizer com isso que muitas questões têm se colocado para mim de ordem grandiosa. Por isso penso, cada vez mais, que a arte não faz milagres e que não conseguirá resolver, sozinha, os problemas do

¹⁴ “Si asumimos que “la cultura empieza cuando los alimentos crudos se cocinan” (Fernández-Armesto, 2004: 23), tendremos que admitir que existen formas diferentes de cocinar esos alimentos” (Achinte, 2014, p. 63).

mundo. Mas ainda luto contra essas coisas, até porque tenho alguma crença na arte e no mundo em relação às expectativas da arte e do mundo. De algum modo, no fundo, sei que preciso tê-las, as expectativas, para não sucumbir por motivos que, de algum modo, também, não dependem único e exclusivamente de uma pessoa, de mim, de nós enquanto grupo tão restrito e dependentes de muitas coisas que nos são impostas e que, pior, foram naturalizadas, assim como não dependem exclusivamente da arte como coisa. Dinheiro, por exemplo. Mas hoje *grito* por dores no corpo por outras razões que não são apenas pela falta de dinheiro:

Meu grito, é claro, não é o mesmo que o grito das mulheres e dos homens que viveram – que vivem – a ferida colonial e seu entrelaçamento de padrões de poder que racializam, empobrecem, sexo-gênero, violam, desumanizam e desterritorializam. Não clamo “por” esses sujeitos, não clamo “pelos” povos ou comunidades. Eles têm seus próprios gritos.

Meu grito é parte de um horror relacionado e relacional; é um grito contra o sistema capitalista-extrativista-patriarcal-moderno-colonial que está matando todos nós (embora não necessariamente da mesma forma), contra a desesperança que desespera, e contra o que e como fazer (pensar, agir, lutar, gritar) *em e a partir de* meus contextos e *com* outros contextos e coletividades de baixo.

Tenho de desbloquear o grito, fazê-lo sair de meu peito, sentir, ouvir e caminhar em sua vibração¹⁵ (Walsh, 2023, p. 127, tradução livre minha, grifos do texto).

Os meus gritos, na perspectiva de Catherine Walsh (2023), são gritos pela passividade discente – que tudo tem permitido na universidade sem minimamente demonstrar discursividade crítica discente descente –, mas, mais ainda pela incapacidade de um pensar crítico-revolucionário contra-hegemônico institucional com participação efetiva do capital; meus gritos são pela falta de

¹⁵ “Mi grito, desde luego, no es el mismo grito de las mujeres y hombres que han vivido –que viven– la herida colonial y su entretejer de patrones de poder que racializan, empobrecen, sexo-generoizan, violan, deshumanizan y desterritorializan. No grito “por” esas sujetas y esos sujetos, no grito “por” los pueblos o las comunidades. Ellas y ellos tienen sus propios gritos.

Mi grito es parte de un espanto relacionado y relacional; es un grito frente al sistema capitalista-extractivistapatriarcal-moderno-colonial que nos está matando a todxs (aunque no necesariamente de la misma manera), frente a la desesperanza que desespera, y frente al qué y al cómo hacer (hacer pensar, hacer actuar, hacer luchar, hacer gritar) *en y desde* los contextos míos y *con* otros contextos y colectividades de abajo.

Tengo que desatascar el grito, hacerlo salir de mi pecho, sentir, escuchar y caminar su vibrar” (Walsh, 2023, p. 127).

pensamento crítico docente contra a hegemonia institucional que pactua ao desenvolvimentismo produtivista supostamente intelectual e social, já que estes correspondem, cada vez mais, ao numerário demandado, cada vez mais, pelo capital global que finge nos incluir para continuar dominando.

Tenho dito com uma frequência considerável que se o mundo alheio ao “mundo da arte” compreendesse como nós compreendemos a potência da arte, viveríamos em um mundo muito melhor para todas as pessoas no mundo. Entretanto, isso dependeria, especialmente, no mundo no qual estamos sobrevivendo, de uma boa vontade para perceber a arte como trans-formadora de determinadas coisas construídas pelo homem que são destruidoras do mundo natural das coisas. Mas, também com frequência igual, tenho dito que de boa vontade o inferno está cheio. Nesse sentido, igualmente, preciso insistir na ideia de que a pergunta-tema também soa retórica: porque, para muitos de nós – artistas, professores, pesquisadores, apreciadores, entre muitos outros e outras – vinculados de alguma forma ao Sistema da Arte oficial, e até mesmo ao não oficial, mas que se relaciona e relaciona sua vida-com-arte, a resposta é de que a arte efetivamente pode mudar o mundo e que esperar algo da arte é esperar um mundo melhor. Mas, da minha ótica, sequer a arte como está em *situação*, por determinadas *condições* impostas, tem capacidade de modificar o atual girar da roda do sistema-mundo. Muitas coisas que se colocam, seja para a Arte ou para outras áreas do conhecimento, por meio de rótulos e retóricas já estabelecidos por sistemas imperantes (coloniais e de colonialidades), têm perspectiva mercantil clara.

O neoliberalismo, com sua ênfase no mercado e no consumo, não é apenas uma questão econômica, mas uma nova forma de civilização. A atual impossibilidade ou falta de credibilidade de histórias universais ou mundiais não é postulada por uma teoria pós-moderna, mas pelas forças econômicas e sociais a que geralmente nos referimos como globalização e pela emergência de formas de conhecimento que foram subalternizadas nos últimos quinhentos anos, dentro dos projetos globais mencionados — isto é, durante o projeto de expansão planetária que aqui chamo de colonialismos modernos e de modernidades coloniais (Mignolo, 2003, p. 47).

Sejam nas escolas ou nas universidades, mas também nos diferentes espaços das sociedades, sequer a arte contida na suposta ideia de história universal acha lugar de importância hoje em dia. Mais ainda, é claro, ficou difícil conseguir convencer, por meio da nominada ideia hoje de Arte Contemporânea, da importância da arte para a vida cotidiana de sujeitos comuns que passam por dificuldades relacionadas mais às necessidades do corpo físico. Nesse sentido, evidentemente, estou me referindo à sociedade que não se vê incluída ao Sistema da Arte, oficial ou não, mas também podemos incluir alguns indivíduos que circulam dentro desse sistema. Pois, em muitos casos, o próprio conceito de Arte/arte acaba caindo por terra quando se fala em Arte Contemporânea com estudantes de Arte dentro das academias. Portanto, a passagem de Mignolo não somente é ilustrativa das condições neoliberal e neocolonial das sociedades globais, bem como é reveladora da real situação também da arte que está sendo produzida em nosso contexto atual para fins comerciais.

Da primeira perspectiva, da ideia de uma supostamente compreendida arte “como universal”, baseada nos princípios europeus da Arte Renascentista, a sociedade não vê nela muito sentido diante do afastamento daquela em relação a essa. Cada vez mais, da escola à universidade, quando a sociedade ainda faz parte desses espaços disciplinados, a Arte Clássica coloca e continua colocando mais espaços intransponíveis entre o mundo da arte e a realidade cotidiana de pessoas “comuns” nessas sociedades. Valores astronômicos, espaços expositivos inatingíveis e acessos àquela arte histórica apenas por/para pessoas de altas castas, tornam aquelas ideias de Arte cada vez mais difíceis para um público maior e seus temas também são cada vez mais alheios das realidades cotidianas atuais que acabaram por torná-las desinteressantes para o público nominado leigo que é colocado alheio a esta. Estranhamente, da Arte Contemporânea, mais ainda as tratativas acadêmicas dessa parecem afastar um público que poderia e deveria se ver cada vez mais representado por ela (esta arte do agora). Pois, como já disse em outras situações, a arte atual é a que melhor parece representar o seu/nosso tempo, por carregar todas as peculiaridades de tempos tão

conturbados. Especialmente nos tratamentos acerca das questões outras que as pessoas buscam respostas: econômicas, políticas, sociais, estruturais, entre outras, mas nem vou falar de culturais. Porque poderíamos falar das que tratam de gêneros, raças, classe, fés, línguas e conhecimentos das diferenças. Mas essas parecem questões muito distantes de serem preocupações para quem está em situação de conflitos econômicos. Mas, de algum modo bastante estranho, também, a arte não parece conseguir hoje dar-se como resposta à sociedade aos seus anseios. “Um” não se vê nela, ela não consegue corresponder ao todo!

Nesse sentido, é possível pensar no eu como o produto de um processo narrativo, da maneira como Fabbri (2000) definiu a narratividade, ou seja, como uma concatenação de ações e paixões. Assim, **o ser da modernidade/totalidade é constituído a partir das paixões do querer-ter-para-poder-ser**. Onde ter uma alma, razão, desenvolvimento, crescimento econômico, bem-estar, qualidade de vida e democracia estão na ordem do dia como elementos daqueles que são *versus* aqueles que não são¹⁶ (Losacco, 2012, 689, tradução livre e grifos meus).

Portanto, me parece que é possível argumentar que se a arte, em princípio, “poderia” ter mudado muito, ao contrário, seu espectador continua, talvez e cada vez mais, querendo corresponder-se em corpo e alma à *modernidade/totalidade* do *querer-ter-para-poder-ser* que, certamente, a arte, ao que me consta, quase nunca conseguiu contemplar o todo das sociedades nessas questões em suas individualidades. É sabido que, desde a antiguidade até os dias de hoje, dentro do circuito da Arte oficial essa conseguiu atender a bem poucos no quesito ter, e, bem menos ainda são os que conseguiram ainda assim o ser. Portanto, nos valendo mais desta questão como a primária, penso interessar-nos como ideia concreta, o exposto por José Losacco de que a narrativa da *modernidade/totalidade*, que enovelou toda uma sociedade no passado, parece continuar firme e forte propondo que a arte hoje também tenha

¹⁶ “En este sentido, es posible pensar el ser como el producto de un proceso narrativo, de la manera en la que Fabbri (2000) ha definido la narratividade, esto es, como una concatenación de acciones y pasiones. Así, el ser de modernidad/totalidad se constituye desde las pasiones del querer-tener-para-poder-ser. Donde tener alma, razón, desarrollo, crecimiento económico, bienestar, calidad de vida y democracia están a la orden del día como elementos propios de quienes son frente a quienes no son” (Losacco, 2012, 689).

como princípios as mesmas correspondências que definiram como essenciais as políticas neoliberais e neocoloniais ressaltadas antes por Walter Mignolo: ênfase no mercado e no consumo. Pois, ao contrário do que pensam alguns – nada leigos –, a arte/Arte nunca esteve desvinculada do mercado-sistêmico: seja mecênico em níveis monárquicos ou religiosos, seja agora em nível de estrelato, político ou comercial financeiro. Parece que, em tempos de redes midiáticas, todo mundo quer ser artista, ainda que não tenha “corpo” e menos ainda consciência do que seja isso.

Desta feita é que se espera pouco, ou quase nada, no caso de muitos indivíduos, da arte na atualidade em relação às diferentes formas de viver no mundo: sejam por diferenças de gênero, raça, classe, fé, língua e ciência, padrões totalizantes sob o rótulo de modernidade, seja por meio de uma ideia de arte que queira evidenciar que o mundo está se acabando pelos avanços da modernidade que, como ideia de totalidade: cobra-se cada vez mais da Natureza e da Humanidade – não das naturalizações ou das Humanitas – que são diferenças que não contemplam as totalidades; definem mais ainda que aspectos ancestrais devem restringir-se a lugar de “exclusividade” como ex-centricidade (exterioridade) aos quilombos e aldeias indígenas;¹⁷ que quanto mais indefinidos os aspectos representacionais da arte, mais definidora de público também enquanto conceito ela será e que melhor isso fará dela uma Arte legítima e inquestionável da sua autenticidade;¹⁸ mais ainda, esta arte deve representar para o outro que não é o Mesmo os signos definidos como formas de sentir a sua ideia de Arte – a arte como razão de sentir é o mesmo que definir o que sentir por meio de uma ideia de arte.

¹⁷ A constituição da arte produzida por pessoas indígenas, africanas, pretas, mulheres, gays, entre outros corpos não dentro dos padrões hegemônicos – inclusive para o sistema da arte que é branco, masculino e classista – não permite a inscrição desses dentro do conceito de Arte não sendo “arte indígena”, “arte africana”, “arte preta” etc, mas ninguém fala em “arte branca”, “arte hétero”, etc a fim de dizer que as classificações são de ordens naturais e não naturalizadas para exotização e/ou exclusão daqueles.

¹⁸ Esta lógica atribuiu ao conceito de “arte contemporânea” uma explicação das suas, muitas vezes, incompreensões por parte do público espectador: incapacitado de compreendê-la é o público que não é “letrado” suficientemente para compreender a proposta conceitual da arte contemporânea.

Assim, ao fazer a opção pelo espaço da arte contemporânea, ou poderíamos falar de espaços, poderemos evidenciar que é o passado quem *nos impede de captar a arte do nosso tempo*. Logo porque é o tempo-passado que impõe ao futuro a condição de continuísmos, ou como advertiu Danto (2006), é o passado que reforça ressaltar a iconografia e o compromisso do presente com a influência histórica vinda do passado. Do mesmo modo, são nos diferentes espaços geográficos que se registram os presentes que compõem o que reconhecemos hoje [sendo o] contemporâneo que também se fez como presente (contemporâneo) dos passados históricos. Assim, é imprescindível reconhecer que nem toda história faz o presente, mas, ao se rememorar a arte contemporânea, é irrefutável reconhecer que em todos os espaços fazem-se agora diferentes presentes. A arte contemporânea não se coloca no simplesmente "tudo pode". Do mesmo jeito a arte contemporânea não estará para o "nada é arte". Mas é evidente que há diferentes abordagens possíveis. Além disso, perceber a arte dos agora por lógica única, me parece ser ainda a pior das questões para entender partes do todo! (Bessa-Oliveira, 2019, p. 247).

Logo, sem querer ressaltar mais uma pergunta: qual é e como vai ser o tempo da sua arte? A *modernidade/totalidade* ou a multiplicidade/convivialidade?¹⁹ Acerca desta pergunta, certamente, me parece que viriam respostas claras, especialmente em relação às atividades de extensão que, diante das exposições que foram fazendo os/as acadêmicos/as durante os debates nas aulas de Artes Visuais, alguns grupos, por exemplo, propuseram ir antes às comunidades investigar demandas, práticas e conhecimentos para somente depois, então, construir seus projetos articulados com/entre essas investigações (nas aulas e nas comunidades). Portanto, da mesma forma que tratei os seus subtemas propostos – conhecendo-os, discutindo com eles/as, escutando-os/as, e, posteriormente solicitando-lhes bibliografias que se referissem aos seus subtemas e me inteirando delas por meio de leituras dessas

¹⁹ Esta questão, ainda que parecendo ser outra discussão em relação à pergunta-tema, está diretamente subjugada ao tema, pois, e não sendo subjugada como submissão, ela quer corresponder aos meus anseios em relação à arte que produzimos em nossos diferentes agora. Isso, de certa forma, é um questionamento meio com tom de resposta *biogeocorpográfica* minha à pergunta-tema, especialmente porque as minhas expectativas em relação à arte desse nosso agora é que as coisas precisam corresponder ao nosso tempo e às nossas histórias. Portanto, espero da nossa arte do agora, ou uma minha resposta em relação ao que esperar da arte tem relação direta com o fazer arte que corresponda às nossas experiências, não a experiências históricas e geográficas de passados longínquos como se esses pudessem anular meu presente e minha história, por conseguinte controlar meu corpo como se ele não pudesse ter vida própria.

para discussões ao longo deste texto –; na situação os/as acadêmicos/as demonstraram compreender a importância da escuta que sempre venho tentando propor/oferecer-lhes como prática investigativa, mas, mais ainda como prática docente decente e que pode reverberar em extensão como resultado de pesquisa.²⁰

Nesse sentido, vi tomar corpo e evidência também a proposição das “Diretrizes” nas quais, assim como já estavam para mim, estão compreendidas a extensão em um patamar para além da oferta de atividades e assistencialismos produtivistas mercantis à um público tratado como “Tecnologia Social” desamparado e desesperado como se fossem máquinas até de reprodução e produção de práticas de culturas apenas comercializáveis ou como máquinas defeituosas (faltosas) que precisam de reparos.²¹ E, igualmente, contrariando essa lógica mercantil, essas “Diretrizes” ainda reforçam, cada vez mais, o protagonismo acadêmico – discente, mas que compreendo não como sendo exclusão/omissão do docente – para pactuar com a comunidade a produção de conhecimentos acadêmico-disciplinares da Universidade e da comunidade com a universidade conhecimentos de experivivências sociais. “-É difícil pensar em uma

²⁰ Desde o primeiro dia de aula tratei a pesquisa como artifício principal para tudo que produzimos na vida. E esta pesquisa nem está restrita à academia, menos ainda restrita a produção escrita – como se fosse obrigado escrever algo após uma investigação analítica. A minha proposição de pesquisa enquanto prática investigativa de vida tem a ver com a ideia de ser um “leitor de mundo” ao seu redor e, mais ainda, uma leitura que se constitui a partir da percepção imagético-visual do mundo. Isso, de modo muito claro para mim, torna o mundo um enorme dicionário “analético” (Dussel) não-formal e não pré-conceitual binário (dialético) do mundo, mas abre um universo desconhecido de informações e de mundos desconhecidos por nós porque fazemos tudo isso a partir das nossas experivivências para ver/escutar/sentir esses *Outros* mundos.

²¹ Tenho a impressão de que às vezes, ou muitas vezes, pareço pessimista demais para as pessoas. Pois tento me colocar muito as claras todas às vezes que alguma coisa me incomoda ao perceber práticas e narrativas não muito condizentes, por exemplo, com o discurso da Educação como trans-formadora. E, neste sentido, em vias à relação instituição *versus* Estado *versus* corporativismo privado – em franca evidência e efervescência nas universidades, sem livrar a própria UEMS, me parece que inclusive até termos comerciais/industriais/técnicos produtivistas estão tomando espaço largo e muito tranquilamente na Universidade. E, como dito, não estou eximindo a instituição na qual estou vinculado. Pois, ficou corriqueiro ler e ouvir termos dessa ordem nos corredores e reuniões institucionais a fim de contemplar as demandas internacionais e nacionais produtivas vinculadas ao progresso e desenvolvimento econômicos. E essas, infelizmente, quase sempre com aval dos pares das áreas de Arte e Educação, das direções e, em alguns casos, até de acadêmicos/as.

liderança universitária em qualquer lugar do mundo hoje que proponha a descolonização do conhecimento”²² (Mignolo, Lorca, 2014, 2, tradução livre minha) como tenho intentado pensá-la, não sendo como mero artifício teórico para fazer bonito frente as instituições e/ou determinados grupos oprimidos. “Esses projetos vêm do corpo docente e do corpo discente, não da administração. Seria o mesmo que esperar que o Estado iniciasse projetos de descolonização”²³ (Mignolo, Lorca, 2014, 2, tradução livre minha) e a Universidade abrisse espaço para docência sem os *lattes* e titularidades. Pois, de forma clara, fica evidente que a “intenção” da extensão como ação efetiva é troca de saberes – sem hierarquias –; entre pares, não escalado – entre os doutores (supostos detentores da ciência) e as pessoas de senso comum como sendo sem conhecimentos, tratadas como vazias (diria Paulo Freire) –; e, mais ainda, esses e aqueles aprendendo-ensinando em concomitância para, enfim, alterar a vida procedente dos/as acadêmicos/as em formação, também para o mercado de trabalho, mas com princípios de trans-formação mais humanizada e bem menos do que “tecnicida como uma tecnocolonização” (Bessa-Oliveira, 2020; 2023b).

A diretriz Indissociabilidade Ensino - Pesquisa - Extensão reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa).

No que se refere à relação Extensão e Ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã - processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social (PNEU, 2012, p. 32).

A competência inverte-se para pertinência. Pois, como comumente vem sendo tratada a Educação, em todos os níveis – da Educação Básica ao Ensino Superior –, mundo à fora, escolas e universidades estão sendo obrigadas a

²² “–Es difícil pensar hoy que la dirigencia universitaria en cualquier parte del mundo se proponga descolonizar el saber” (Mignolo, Lorca, 2014, 2).

²³ “Estos proyectos provienen del cuerpo profesoral y estudiantil, no de la administración. Sería semejante a esperar que el Estado inicie proyectos de descolonización” (Mignolo, Lorca, 2014, 2).

deformar mão de obra humana para formatá-los para o mercado de trabalho a fim de atender especialmente, mas não somente, as grandes corporações nacionais e internacionais que dizem avaliar a Educação como critério de emancipação social quando, na verdade, avaliam-na por meio de critério numérico para eleição econômica. O ranqueamento de Escolas e Universidades, brasileiros e internacionais, não levam em consideração a falta de quase tudo – obrigações dos que promovem o ranqueamento – nas instituições que não representam totalidade da vinculação sistemática produtivista-comercial. Quer dizer, vimos crescer no mundo, e o Brasil não ficou de fora desde sempre, mas mais ainda de 2016 para cá, um avanço tecnológico que não corresponde às demandas sociais de comunidades, acadêmicas ou não, e, mais ainda, excluem ainda mais ao contrário de incluir. Portanto, a extensão, mais uma vez – como tem virado o ensino e até muitas pesquisas universitárias – não pode se tornar mais um mecanismo de “tecnocolonialidade” (Bessa-Oliveira, 2020; 2023b), mesmo por meio de aparato educacional, fingindo não o ser ao adotar conceitos popularmente com falsos perfis sociais.

Então, no atual contexto social da Universidade, a exemplo da UEMS, qual deve ser para nós – indivíduos vinculados à academia – e para os diferentes setores políticos e econômicos da sociedade (vinculados à economia), e, mais ainda para a própria sociedade e para muitas instituições públicas de ensino, as “áreas de grande pertinência social” em que devemos agir/interagir, por exemplo, e não somente investir, por meio da extensão, mas também da “Inovação, Tecnologia, Internacionalização”, “Flexibilização” e “Sustentabilidade”?²⁴ É claro que este questionamento se estende à Educação como um todo, especialmente

²⁴ Em palestra intitulada “**Práticas Extensionistas: Caminhos e Desafios na Implementação da Curricularização da Extensão**”, proferida no dia 16 de setembro de 2024 ao público acadêmico da UEMS, a Profa. Dra. Olgamir Amancia Ferreira (UNB) evidenciou claramente como sendo a intenção da extensão universitária a relevância de identificar as “áreas de grande pertinência social” para ações desta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tTffWkcBYks>. E, certamente, estou aproveitando do ensejo para dizer que as intenções dos outros aparatos exigidos da Educação – “Inovação, Tecnologia, Internacionalização”, “Flexibilização” e “Sustentabilidade” – igualmente precisam ter como princípios o social e não o comercial.

tendo em vista que a extensão (como defendida) deve ter fim social, não funcional. A sustentabilidade deve preocupar-se mais com a manutenção e restauro da Natureza, não com o desenvolvimento progressista cada vez maior a fim recriar estratégias de mais exploração dela. Evidentemente é, para mim e parece o ser para as “Diretrizes”, que as ações não se restringam ou devem render-se totalmente às lógicas de “Inovação, Tecnologia e Internacionalização”, e, como já dito antes, preocupadamente, senão até sob uma ideia de “Flexibilização”, “Sustentabilidade” e a “Extensão” obrigatórias que ampliem o produtivismo, desenvolvimentismo, progressistas a qualquer custo, e, independente das custas das vidas de quem quer seja que morra. E, neste caso, em não sendo tecnicista e/ou culturalista, mas também em não meramente oferecendo entretenimento gratuito, as questões que ficam para esta extensão/instituição são: como fazer implementação dessas obrigatórias sem infraestrutura mínima, sem financiamentos? Às vezes até sem a disponibilidade e envolvimento das próprias comunidades: acadêmicas e sociais? E, por fim, como fazer extensão sem o interesse social que deve ter a universidade para a comunidade e desta para com aquela?²⁵

Certamente exponho essas indagações últimas porque elas vêm na contramão da atual situação-sistêmica-político-econômica-produtivista (ou como sugeri Catherine Walsh – já vêm desde sempre assentadas em uma perspectiva *capitalista-extrativista-patriarcal-moderno-colonial*) de grande parte da Educação brasileira. Senão por demandas impositivas, como já dito, por órgãos e organismos institucionais internacionais, públicos e privados, por exemplo, desde a implementação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular, 2018) à Educação brasileira em que ficou muito claro a imposição da língua inglesa em destituição, em muitos casos, da língua espanhola nos currículos graças aos “financiamentos” internacionais à Educação do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento com sede estadunidense. Ou, quando não, são evidentes à educação por

²⁵ Sobre isso, vale ver o texto “A UNIVERSIDADE E A ARTE TRANS-FORMAM (PARA) A(S) VIDA(S)” (Bessa-Oliveira, 2023).

condições que levam à situação-sistêmica-político-religiosa que querem impor, pactuados com ideologias nacionais, mas também com bases internacionais (europeias e/ou estadunidenses desde tempos remotos) desde a colonização cristã do planeta, dogmas religiosos e/ou político-partidários que deturpam lógicas de fé e de civismos em prol de suas ideologias burguesas, brancas, masculinas, cristãs (católicas e protestantes), entre outras, quase sempre racistas, xenófobas, homofóbicas, e, muitas outras.

Ex-tender²⁶ a universidade às comunidades, neste sentido, parece missão impossível que, quase como à espera de um milagre – como tratei na introdução deste – é e parece ser explorar a mão de obra acadêmica (docente e discente) pela boa imagem da Universidade como condição para, mais uma vez, ter que ter para talvez ser e assim sobreviver. E, mais ainda, continuar deformando indivíduos para a lógica do *querer-ter-para-poder-ser*. Ao invés de trans-formar para Ser. Esta atual ideia de Universidade precisa corresponder ao poder público que controla os recursos “destinados” à Educação em todos os níveis: municipal, estadual e federal, mas que hoje também estão sendo controlados politicamente por ideólogos que desconsideram a Educação como trans-formadora. Recebe mais recursos aquela instituição que corresponder mais aos aparatos estatais e públicos – inovador, tecnológicos e de internacionalização – que dão mais representação para também angariar mais recursos financeiros. Estas instituições atuam, por certo, contrárias e em detrimento da minha lógica de que é preciso ex-tender a universidade para a comunidade e, igualmente, trazer as comunidades às dependências da Universidade rompendo os muros das ideologias teóricas, metodológicas, tecnicistas, discursivas, objetivas que, quase sempre, têm caráter cientificistas abstrato, masculino branco e heteronormativo: sem corpo, sem alma, sem vida para corresponder às demandas mercantis que

²⁶ É evidente que o termo ex-tender aqui tem sentido de estender – tornar outro espaço, por exemplo, igual ao primeiro –, assim como ex-tendendo, que surge mais adiante, tem sentido de estendendo alguma coisa a outro lugar. Entretanto, a ideia é, em ex-tender, considerar a extensão da universidade com seus prerrogativos cientificistas às comunidades e, igualmente, ex-tendendo com sentido igual.

têm, cada dia mais, retirado da sociedade a consciência de corpo, alma, vida e diferenças para a convivialidade. A Uni-versidade tem, cada vez mais e mais rapidamente no tempo, se tornado um espaço de Per-versidades.

Este erro ocorre também na política quando, por exemplo, uma pessoa negra age e fala como um republicano branco, enquanto uma pessoa branca age e fala como homens ou mulheres de cor. Não há uma **correlação "natural"** entre o modo como **se é percebido** e o modo como **se actua** de acordo com **opções éticas e projectos políticos**. Pensar que a ciência androcêntrica é só para homens e a ginocêntrica para mulheres e criticar o "des-cobrir" da ciência ginocêntrica em nome da neutralidade e da uni-versalidade (do facto, do androcentrismo) do conhecimento, corresponderia a permanecer enredado na teia do macroparadigma ocidental hegemónico e cego quanto aos seus limites. [...]. [...]. [...]. Mas há um **aspecto do discurso da ciência** e da **prática científica** tanto nas **ciências naturais** como nas **ciências sociais**, nas **disciplinas humanísticas**, na **filosofia**, na **religião**, na **história da arte**, na **literatura** e nas **artes do espectáculo** que irá **exigir um esforço impressionante durante as próximas décadas** a fim de **garantir que as culturas da ciência e da academia não sucumbam aos valores neoliberais e à universidade empresarial** (Mignolo, 2004, p. 685, grifos meus).

Para mim, infelizmente, tanto as disciplinas e áreas do conhecimento que elenca Walter Mignolo na passagem anterior, quanto as instituições (Estado e Instituições Educacionais) que deveriam ser e aterem-se às questões e "áreas de grande pertinência social", como já referendado aqui, seja por meio da extensão como está sendo "solicitado" agora, seja pela pesquisa ou por meio do ensino como sempre deveriam já ter sido, sejam ainda pelas ideias de "Inovação, Tecnologia e Internacionalização" e Sustentabilidade, independentemente do nível e/ou do poder hierárquico dessas, essas, para mim, não leram e nunca quiseram tomar conhecimento desse necessário **esforço** para não chegarmos aonde chegamos: "Inovação, Tecnologia e Internacionalização" a qualquer custo e, como já dito também, senão inclusive às lógicas de "Flexibilização", "Sustentabilidade" e "Extensão" que não podem repetir passados ideológicos, massacrantes e escravocratas, mercantis expansionistas, dominadores e exploratórios progressistas. "E, mais uma vez, a ciência deve ser posta ao serviço da "democracia participativa" e não da "democracia administrativa ou

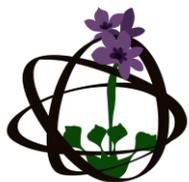
administrada” que serve a acumulação de capital, a aplicação de leis, a destruição do ecossistema e a marginalização e o sacrifício de vidas humanas” (Mignolo, 2004, p. 686). Essas últimas, também como já me referi, são sacrificadas, mas sem saberem/levar em consideração as vidas de quem/suas estão sendo extintas.

“**Considerar a modernidade da perspectiva da colonialidade, em vez de analisar o colonialismo da perspectiva da modernidade**, leva a algumas mudanças — sendo a mais importante delas **a mudança da própria ideia moderna de ciência**” (Mignolo, 2004, p. 694, grifos meus), mas também pode mudar as ideias acerca da tecnologia, desenvolvimento e progresso a qualquer custo como temos. Isso, para mim, estabelece significativamente uma diferença entre pensar e viver sendo descolonialmente a empregar teoricamente qualquer ideia de conhecimento científico/epistemológico/tecnológico que não leva em consideração as vidas humanas, especialmente. Em nosso caso, exemplificaria, claro, a imposição de estender a qualquer custo – científica, artística e/ou prática, mais ainda teórica – a Universidade na comunidade a fim de controlá-la como se esta continuasse sem capacidade produtiva de conhecimentos, de arte e de cultura. Pois, de algum modo, não estaremos analisando a arte e a comunidade, por exemplo, no meu caso, sob a ótica de que estas é quem devem se **decolonizar** da lógica moderna de ver arte e a universidade – cronológica, histórica, geográfica, corporal e temporalmente europeias e científicas –, quando devemos **descolonizar** o modo de pensar (ver e compreender) a produção de conhecimentos e as culturas com suas práticas para alcançarmos, nas diferenças delas, O QUE É A ARTE e O QUE ESPERAMOS COM ESSA ARTE como não sendo estabelecida pela perspectiva colonial da modernidade eurocêntrica controladora! E, do mesmo modo, para podermos compreender “Inovação, Tecnologia e Internacionalização” e “Flexibilização”, “Extensão” e “Sustentabilidade” para além das lógicas colocadas de produtivismo, desenvolvimento e progresso cobrando, cada vez mais de nós, produtividade. Pois,

A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. **Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo.** Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática (PNEU, 2012, p. 30, grifos meus).

Isso tem a ver com os *esforços* a serem feitos por nós das artes e por diferentes disciplinas da área das Humanas de que antes falava Walter Mignolo a fim de impedir o contrário. Nesse sentido, me é ainda muito mais claro um d^oOs princípios norteadores das atividades extensionistas, pactuados no âmbito do FORPROEX, em 1987, [...]: 1. **A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País;**” (PNEU, 2012, p. 30, grifos meus). De certo, além de evidenciar a ideia da ciência e da tecnologia como necessários aparatos socioeducacionais, fica claro aqui que as ideias tanto das “Diretrizes” bem como as minhas não são de deslegitimar a tecnologia e muito menos a ciência. Mas, certamente o é uma ideia comum, entendendo a política de extensão como braço na comunidade e aquela com o corpo todo na Universidade, em discutir em que medida a tecnologia, o conhecimento científico e a noção de arte (modernos) da Universidade conseguem (não somente, mas deviam) corresponder não apenas às expectativas “deficientes” da sociedade. Mas, mais ainda, relacionarem-se com as produções de artes, culturas, tecnologias e conhecimentos das sociedades *nas prioridades do local, da região, do País*, com suas múltiplas especificidades, sem hierarquizá-los, os inferiorizando, em relação aos seus conhecimentos acadêmico-disciplinares institucionais e/ou empresariais hoje preponderantes também nessas Universidades.

A distância crescente entre “natureza” e “cultura”, por um lado, e os “recursos naturais” necessários para alargar o “domínio da cultura”, por outro, e **com a ciência aparecendo como o principal mediador, culminaria na destruição inconsciente da natureza em nome do**



progresso, da cultura e da modernização. Chegou o momento de pormos termo à nossa paixão cega pelos esplendores da modernidade e compreender que o futuro, como já disse, não reside no completar do projecto incompleto da modernidade, mas no pensar e agir a partir de uma premissa totalmente diferente. A oposição entre cultura e natureza é fatal e é necessário agir e pensar na base da complementaridade da “vida no planeta” e da “vida humana”, encarada como um sector da vida no planeta que corre o risco de destruir essa vida, incluindo, é claro, a vida humana. **A ciência, o conhecimento científico, tem sido um instrumento na construção deste impasse.**

A história da ciência propriamente dita, da perspectiva da colonialidade, é muito recente. E é claro que isso **não se explica pelo facto de as pessoas no Terceiro Mundo, nos países em desenvolvimento ou nas economias emergentes estarem com o relógio da modernidade atrasado e por a única crítica “válida” ser a que é feita no mesmo local** (histórico, linguístico e económico, etc.) **em que a ciência se “desenvolveu”,** mas porque, **naturalmente, a ciência e a tecnologia são mais relevantes no Primeiro Mundo,** nos países desenvolvidos e nas economias estabelecidas” (Mignolo, 2004, p. 693, grifos meus).

Pois, é preciso perguntar-nos: da natureza de quem que eles (os países desenvolvidos científica e tecnologicamente) precisam para desenvolver suas tecnologias e ciências para sobreviverem na e da falta das suas naturezas? Certamente, preciso dizer respondendo: não é da natureza semiótica do outro como sendo Outro, sem ser o reflexo do mesmo, como quer nos evidenciar José Losacco (2012) a fim de fazer *transcender a totalidade* para evidenciar a multiplicidade de artes, culturas e conhecimentos científicos e tecnológicos diversos; da mesma forma, esta noção de ciência, tecnologia e de desenvolvimento e progresso não querem levar em consideração *ideias outras de autenticidade*, por exemplo, como ressaltam-nas Enrique Dussel (1972), que tenham conceitos outros que destituem os conceitos pré-estabelecidos pela modernidade (séc. XVI), e que balizam ainda hoje as noções de artes, culturas, conhecimentos e tecnologias outros emergentes nas sociedades não-acadêmico-disciplinares; logo, se estas noções vigentes de tecnologia, ciência e universidade dizem querer romper a distância entre esses e as comunidades, ex-tendendo ou flexibilizando, certamente não o estão hoje propondo que essas aproximações instigam os muros que os delimitam/legitimam como superioridades, seja pela pesquisa, seja pelo ensino ou seja agora pela extensão, a Universidade assim

com a Ciência acadêmicas não compreendem a noção de participação mútua para a construção da dignidade humana como princípio das suas existências (Machado, Lopes, 2020). Por certo, igualmente, a ciência, a Educação e a tecnologia vigentes, muitas vezes, aquelas operadas pelos homens do consumo, parecem não compreender a necessária submissão de nós homens/mulheres/diferenças em relação à Natureza para convivermos como naturezas complementares (Roger, Piteira, 2020) e diferentes de óticas diversas; do mesmo jeito, estas tecnologias e ciências, assim como seus detentores, certamente, me parece que não conseguem perceber que a tecnologia e a ciência, também a Arte e a Educação acadêmicas, se dessem mesmo conta, sozinhas, de resolver todos os problemas no mundo, não teríamos falta de alimentos para muitos uns e sobras e desperdícios para bem poucos porque até mesmo o alimento, nesta lógica de mundo, é controlado sob poderes estabelecidos historicamente (Achinte, 2014) e tem colocado em suspeição sua capacidade de sustentabilidade. O princípio da sustentabilidade, *a priori*, como compreendido pelas lógicas vigentes de ciência e tecnologia, não garante mais a capacidade produtiva infinita da Natureza para fins mercadológicos.

Enfim, infelizmente não será compreendendo a existência de cosmologias outras – em nosso caso, por exemplo, indígenas, africanas e asiáticas, e, até mesmo europeias – sem hierarquias, mas como ancestrais a nós que mudaremos as ideologias de ciência, tecnologia e da Universidade como conquistas/conquistadores comerciais. Pois, de modo muito claro, temos suprimido outros fazeres e sentires de artes, culturas, conhecimentos, tecnologias, convivialidade, entre outras coisas, e impedido de serem compreendidos como partes ancestrais (Velasquez, Castro, 2020) de nossas corporalidades “*biogeocorpográficas*” (Bessa-Oliveira, 2023a). “É sabido que os missionários e homens das letras espanhóis **descreveram os povos indígenas através da sua carência de muitas coisas** e, nomeadamente, **a carência de letras e de história**” (Mignolo, 2004, p. 694, grifos meus), já em relação aos árabes e asiáticos esses foram descreditados de crenças e os africanos

destituídos de existência como humanos. Assim a Europa controla nossa noção de espaço definindo onde nascem história, conhecimento, arte e cultura, e passaram também a controlar o tempo, pois, “[...] os **homens de letras do Renascimento italiano** começavam a **colonizar o tempo através da invenção da Idade Média** como a “**diferença do tempo**” [...]” (Mignolo, 2004, p. 694, grifos meus). Tempo de Deus a modernidade/totalidade europeia; Tempo de Trevas a Idade Média que não tinha o Cristianismo como possibilidade de salvação da alma em relação à Deus para o resto do mundo. Esses controles definiram-nos de onde vem e de quando vem a história e a ciência e, igualmente, definem o que é tecnologia e para onde devem ir a repressão e opressão produzidas por esses, do mesmo jeito a supressão de diferentes produções da Natureza, de artes, culturas e tecnologias como conhecimentos das diferenças sendo-Outros.²⁷ E nós(?), Cara pálidas, ainda continuamos a defender e a acreditar que somos contemplados pela ciência e tecnologia, mas também pelas artes deles e acreditamos no sonho de que fazemos parte das culturas europeias e estadunidenses, pensando e defendendo serem as línguas deles as únicas capazes de produzirem ciência, arte, cultura e tecnologia como conhecimentos e, pior, achamo-nos donos dos saberes acadêmicos reproduzindo eles, mas não conseguimos enxergar um palmo na frente de nossos narizes para nos vermos “tecnocolonizados” (Bessa-Oliveira, 2020; 2023b), e, cada vez mais controlados e subalternizados por eles.

A tecnocolonialidade no corpo brasileiro, por exemplo, evidencia-se em um corpo que experimenta a colonialidade tecnológica pelo uso e pelo desuso das tecnologias na sua ampla abrangência. Ampla porque tudo hoje se faz tecnologia necessária aos corpos e, igualmente, uso e desuso considerando o acesso e a falta de acessos às tecnologias várias. Mas é claro que não somente o corpo brasileiro é esse corpo “tecno” lógico dependente, pois os corpos excluídos dos acessos às diferentes tecnologias em múltiplos contextos vivenciam o desacesso à tecnologia como um corpo tecnocolonizado. Assim, esses corpos experimentam e vivenciam – por isso experivivenciam – cotidianamente

²⁷ Porque, como já venho mostrando, sendo outros – diferentes e não das diferenças que poderíamos ter sido Outros – não temos opção de ser a não ser como exóticos e/ou como continuidades submissas ao Mesmo euro-estadunidense que inventou as lógicas de modernidade e globalização como mitos de salvação.

a condição de corpo que deve viver tecno(lógico), os corpos que têm a condição tecnológica como premissa; ou devem ser corpos que se subjugam à tecnocolonialidade, pois ainda que não tendo “se viram” para experivenciar à tecnologia de qualquer forma; ou ainda são corpos em que a tecnocolonialidade lhes é imposta como a única condição de sobrevivência no contexto da tecnologia dominante para acessarem ao mercado de trabalho, às “políticas” econômicas estatais ou ainda às inexistentes “políticas” de arte, de culturas e de acessos aos conhecimentos. Dessa forma, esses corpos que são obrigados a sobreviverem hoje a situação da tecnocolonialidade, de qualquer forma, são corpos destinados ao trabalho sem qualquer direito de prazer do ser-corpo sem tecnologias (Bessa-Oliveira, 2023b, p. 7).

Não podemos questionar, diante disso, que todo e qualquer aparato não pertencente como parte natural ao corpo humano, como membros corpóreos, não é um artifício tecnológico. Não estou incluindo nesta configuração sequer os corpos ditos “deficientes” que necessitam/necessitaram/necessitarão de qualquer complemento tecnológico maquínico (artificial ao corpo humano), mínimo que seja, para complementar seu corpo(tecno)lógico para viverem. Pois, da primeira ideia de que um corpo humano em si é, ao longo da vida, construído tecnologicamente, já que seus princípios corpóreos humanos são alterados sociocultural e intelectualmente, com a produção e troca de conhecimentos e práticas de existências entre seus pares sociais, desde sempre, independe de raça, gênero, classe, fé, língua e ciência, somos todos/todas/todes tecnológicos: agora no “bom sentido” ou no sentido lógico da tecnologia como artifício técnico-sociocultural comumente humano. Isso, de algum modo, quer evidenciar que, independentemente de qualquer coisa, somos todos e todas e todes tecnológicos, mas não precisaríamos ser ou deixar-nos ser tecnocolonizados, pior, com o princípio de ter para sobreviver aos aparatos de controle tecnológicos.

Esta situação propôs deixar claro que a tecnologia independe de artifícios mercantis para existir e que independe da ideia de corpo “ser-normal” para produzi-la. Pois, quero tratar e sempre quis tratar a tecnologia, como bem deixa claro também Walter Mignolo, na passagem da qual já fiz referência aqui, em que entende a necessidade da ciência, e incluo a tecnologia, disponível e a *serviço da “democracia participativa” e não da “democracia administrativa ou administrada”* que, evidentemente, demanda, esta última, corpos ditos “normais”

e disponíveis, por exemplo, para o trabalho comercial com fins totalmente financeiro e que, certamente, descarta os corpos de(ine)eficientes. Do mesmo modo, tentei propor que o desenvolvimento da tecnologia como não sendo exclusividade de alguns corpos “normais”, mais ainda, de determinadas culturas e/ou gêneros e classes, que detêm mais recursos financeiros, e porque falam certas línguas, esta, a tecnologia, é um artifício comum e uma estratégia corpórea possível/capaz de ser desenvolvida por qualquer corpo a fim de atender demandas necessárias e comuns a qualquer pessoa das sociedades. Logo, tecnologia não está restrita a mecanismos mecânicos/eletrônicos/virtualidades que qualificam alguns e desqualificam corpos supostamente não aptos em produzi-la. Do mesmo modo, tecnologia, para o bem comum, deve ser socialmente participada, não apenas comercializada sob a lógica do domínio de produção. Mas, do meu ponto de vista, esta noção atual de tecnologia tecnocoloniza ao invés de assistencializar os corpos das diferenças.

Igualmente penso que “Inovação”, “Internacionalização”, também a “Flexibilização Curricular” e a “Extensão”, ainda a “Sustentabilidade”, na Educação, não podem estar sendo engenhadas para fins da “democracia administrativa ou administrada” – pública ou privada. Mas, mais que tudo, precisam ser implementos na Educação para uma democracia social e humana, *democracia participativa*, a fim de mudanças reais no cenário de degradação da Natureza e da sociedade que está, esta última, a cada dia mais, adoecida física e emocionalmente por causa das demandas de trabalho cada vez maiores e rigorosas para o produtivismo que suga, da vida da Natureza, sua sustentação insustentável hoje. Digo isso porque talvez essas não sejam estratégias que vão mudar o atual perfil da Universidade em relação à e para a sociedade (externa a ela) que não vê naquela a mesma importância que viam no século XX: especialmente como um local de difícil acesso, que fosse, por causa do perfil elitista financeiro e de produção de conhecimentos que as universidades brasileiras adotaram, mas mais porque a formação para o trabalho hoje exigida

pelas corporações e os Estados as Escolas Técnicas e os Institutos têm desenvolvido a contento este papel além de mais rápido e eficientemente.

Neste sentido, entre muitos outros pontos importantes apresentados, três aspectos em particular trazidos no “GUIA AGENDA 2030 – Integrando ODS, Educação e Sociedade” (Cabral; Gehre, 2020) – que apresenta o “[...] inestimável valor educativo, comunicacional e de compromisso político com a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a implementação da Agenda 2030 no Brasil” (Planeta, 2020, p. 9), que define as metas desses “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” a serem alcançadas até 2030, me chamaram a atenção diante de nossos trabalhos na Universidade. Agora nem restritos exclusivamente ao trabalho desenvolvido na disciplina de Artes Visuais, como já tratado, mas inclusive na Pós-graduação como vem sendo reforçado. Sendo o primeiro, um dos “ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis” ao conferir à sociedade o reconhecimento com responsabilidade de produção e consumo sustentáveis como pautas centrais das atividades universitárias:

Em um país como o Brasil, conhecido pela diversidade ecológica e por seus vastos biomas, a produção e o consumo sustentáveis devem ser pautas centrais e base para o desenvolvimento sustentável, considerando especialmente um modelo de economia agroindustrial degradante, poluente e pouco fiscalizado. Nesse contexto, as universidades – como fonte de conhecimento, exemplaridade, impacto e colaboração – têm o papel central de disseminar as pautas de sustentabilidade nas esferas de produção e consumo, e colocá-las como foco de projetos, pesquisas, serviços comunitários e diversas outras práticas do meio.

Como o ODS 12 impacta na nossa vida cotidiana?

A própria temática “produção e consumo sustentáveis” já compreende as necessidades humanas. Os recursos naturais e energéticos estão interligados a diferentes fatores do nosso cotidiano, como alimentação, moradia, meios de transporte, funcionamento de indústrias e equipamentos domésticos e eletrônicos. A sustentabilidade ligada ao uso de tais recursos torna essa “troca de favores” entre o meio e a humanidade equilibrada, duradoura e benéfica para ambos os lados. Os riscos de degradação e esgotamento de biomas e recursos dos quais dependemos - reflexo de uma produção, gestão e consumo ineficientes – refletem na urgência do ODS 12 para a vida humana e seu cotidiano. (p. 115).

O segundo “ODS”, como não poderia deixar de sê-lo, já que estamos situados no campo da Arte, refere-se ao “ODS 19: Arte, Cultura e Comunicação”,

cuja pauta releva a importância da arte, que nós “sujeitos da arte” já damos a esta, para a sociedade enquanto mecanismo, como venho dizendo, de potencial trans-formador enorme, mas desprestigiado pelo sistema técnico-mercadológico-financeiro-produtivista:

A arte, como mecanismo de crítica social, transpõe as fronteiras políticas, econômicas, culturais, científicas, de raça, gênero e classe, entre outras, constituindo um dos elementos essenciais na consolidação da comunicação para paz e cultura da diversidade e sustentabilidade e, conseqüentemente, atua de maneira interseccional à Agenda 2030 e seus princípios, perpassando todos os ODS de maneira direta ou indireta. Nessa perspectiva, o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial a temática 19, prevê a promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e libertadora nas universidades, que promova arte, cultura e comunicação.

Como o ODS 19 impacta na nossa vida cotidiana?

Cada sistema cultural engloba um complexo de conhecimentos, crenças, costumes, símbolos, significados e quaisquer capacidades adquiridas em sociedade e, portanto, age como o principal elemento na constituição do sujeito. Tanto a comunicação quanto a arte integram práticas culturais humanas, formas de compartilhar experiências e sentimentos com o coletivo de modo a impactarem e serem impactadas pelo meio cotidianamente. Além disso, a indústria cultural é cada vez mais decisiva para a renda e potencial inovador nos países e, no contexto de pandemia, as tecnologias de informação e comunicação passaram a ocupar um espaço ainda maior de privilégio nesse mercado (p. 173).

Por último, mas não menos importante, o terceiro “ODS” se refere a particularidades muito intrínsecas à América Latina que, de um modo ou de outro, situa-se, quer estar situada, mas mais ainda precisa se colocar nesta discussão, haja vista nossas “reservas” naturais que precisam ser não apenas sustentadas, mas já demandam ser resgatadas em alguns casos muitos casos. Nesse ponto, o “Guia” no “ODS 20: Povos Originários e Comunidades Tradicionais” argumenta que:

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 20 “Garantir os direitos e promover a cultura dos povos originários e comunidades tradicionais” está respaldado em marcadores internacionais tais como: a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas (1989), que estabeleceu o direito de povos tradicionais de participar na gestão e conservação de seus territórios, indenização e proteção contra despejo, além da compreensão das terras indígenas como toda a extensão ambiental das áreas ocupadas ou usadas pelos povos originários, obtendo direitos sociais, culturais e econômicos da

terra; e A Declaração de Direitos dos Povos Indígenas da ONU (2007) que destacava o respeito a suas “estruturas sociais (...) suas culturas, tradições espirituais, histórias e filosofias e os “direitos inerentes aos povos indígenas (...) especialmente às suas terras, territórios e recursos”. O ODS 20 visa colocar em evidência a necessária preservação cultural, incluindo a valorização da ancestralidade e do conhecimento tradicional, e a garantia de direitos de povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, geraizeiras, extrativistas, povos dos terreiros e povos da floresta e outros grupos populacionais auto identificados nestas categorias historicizantes.

Como o ODS 20 impacta na nossa vida cotidiana?

Os saberes dos povos originários e das comunidades tradicionais estão presentes na cultura da sociedade brasileira e fazem parte do nosso cotidiano, apesar da falta de reconhecimento e de valorização destes conhecimentos. Em contraposição ao que seria mais coerente, a garantia dos direitos destes grupos humanos tem sido negligenciada pelas sociedades e pelo poder público. Neste sentido, sofrem processos de violência estrutural e cultural contra suas culturas e contra seus territórios. São comuns as invasões de territórios, recuos e bloqueios de processos de demarcação de terras, a contaminação dos recursos hídricos, o racismo, a pobreza por falta de atendimento público e os assassinatos contra integrantes destes povos. Ademais é importante o enfrentamento às violências de maneira multidimensional, fomentando debates sobre a problemática e pensando-se soluções para que esses cidadãos tenham seus direitos respeitados pela sociedade e garantidos pelo Estado. Por fim, os povos indígenas e as comunidades tradicionais, tão forte sua relação sustentável com o meio ambiente e tão baixo seu impacto antrópico, chegam a ser denominados “guardiões das florestas”. Com isso, justifica-se plenamente a defesa de que os povos originários (indígenas) e as comunidades tradicionais tenham suas culturas e conhecimentos valorizados e recebam toda a garantia para suas vidas e manutenção de seus territórios (p. 181).

É incontestável a relevância e os impactos, se bem observados, desses “ODS” para uma vida futura digna no planeta. Da mesma forma, concordando absurdamente com os/as autores do “Guia”, é imprescindível que a Educação – por meio de Universidades e Escolas com seus membros, talvez mais aquelas que essas (já que da minha ótica são elas quem trans-formam aqueles/as que vão atuar nas escolas com perfil trans-formador) – esteja totalmente, de corpo e alma, envolvida com o projeto de “reestabelecimento”, não mais de sustentabilidade sozinha, da vida natural no planeta. Pois, “Consumo e Produção”, sem “Arte, Cultura e Comunicação”, como nós queremos intencionados pela sociedade, vão, cada vez mais, descredibilizar as “tecnologias”, “inovação”, “internacionalização” (interculturais) dos “Povos Originários e Comunidades Tradicionais” ao contemplá-los apenas nas lógicas de flexibilização e/ou extensão

institucionais que parecem ter mais fins comerciais, produtivistas, consumistas e desenvolvimentistas de ordem moderna/global financeira.

E não diferentemente, falo dessas características de institucionalização das lógicas mercantis de tecnologia, inovação, internacionalização, extensão, flexibilização e até de sustentabilidade porque todas essas estão estruturadas, basicamente, na mesma conexão ideológica de produção e desenvolvimento econômicos. Raras as vezes a ideia de desenvolvimento social – que todas essas proposições dizem buscar estabelecer – ressalta as perspectivas culturais, políticas e até mesmo econômicas levando em consideração outros paradigmas ontológicos que não o da modernidade/modernização/globalização. As matas continuam sendo derrubadas e queimadas; os rios continuam sendo assoreados por fazendas para darem lugar as pastagens e estão cada vez mais poluídos com dejetos industriais; as terras indígenas continuam sendo invadidas ou os próprios indígenas têm suas comunidades ladeadas por fazendas e fazendeiros que os intoxicam com cada vez mais agrotóxicos. As artes são, cada vez mais, colocadas de lado nas propostas que deveriam preocuparem-se mais com a humanidade que a produtividade. Tudo isso, tendo em vista a Universidade e a Escola como espaços de trans-formação, já não deviam mais ser ocorrências tão comuns e cada vez mais intensas. Quer dizer, de uma forma ou de outra, para mim todas essas propostas que defendem a universalização da Universidade hoje acabam por fazê-las da mesma ótica em que o ingresso e manutenção do corpo discente e o trabalho docente estão vinculados à produção de tecnologias, inovação, internacionalização e extensão e flexibilização para a “sustentabilidade” e sustentação do “desenvolvimento e do progresso” mercantis euro-estadunidenses.

Quando os problemas começaram a minar nossa fé no “desenvolvimento” e a grande teoria do desenvolvimento fez água por todos os lados, buscamos alternativas de desenvolvimento. Como aponta o sociólogo peruano Aníbal Quijano, colocamos sobrenomes ao desenvolvimento para diferenciá-lo do que nos incomodava, mas seguimos pela trilha do desenvolvimento: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento global, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável ou

sustentado, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, desenvolvimento humano, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com igualdade de gênero, codesenvolvimento, desenvolvimento transformador... desenvolvimento, no final das contas. O “desenvolvimento”, como toda crença, nunca foi questionado: foi simplesmente redefinido por suas características mais destacadas (Acosta, 2016, p. 48-49).

A passagem de Alberto Acosta evidencia, claramente, que sequer cogitou-se, ao longo desses mais de 500 anos, diante de tantos “sobrenomes” dados ao desenvolvimento, a ideia de praticar desenvolvimento a partir, por exemplo, de outras lógicas paradigmáticas que fossem também culturais. Hoje, travestido de sustentável, me parecem estar por detrás das propostas todas, inclusive agora dizendo serem políticas para a Educação, o velho desenvolvimento (innovar produtivista, tecno-lógico, línguas dominantes, flexi(ha)bilidade e ex-tensão da (com a) universidade contra a sociedade impondo atividades como assistenciais para contemplar ao mercado de trabalho) e o novo progresso econômico. Certamente, essas outras lógicas culturais teriam a nos ensinar formas diferentes de pensar em “desenvolvimento e progresso”, mas também sobre inovação, tecnologia e internacionalização, extensão, flexibilização e sustentabilidade relacionais – ainda que sem precisar travestir-se neles (e como se não o fizéssemos em relação aos dominadores europeus e estadunidenses) que auxiliariam nas construções de ideias que não revogassem as vidas das pessoas e, menos ainda, a vida da Natureza. Ambas, claramente, hoje colocadas em riscos por causa dos necessários desenvolvimento (de sobrenomes plurais) e progresso engendrados pela modernidade/modernização e a globalização a qualquer custo, mais uma vez, independentemente das custas das vidas de quem pode/poderá morrer. Já que domesticaram indígenas e escravizaram africanos e até constituíram “diálogos” com culturas asiáticas e europeus não ocidentais, relações ainda que algumas nem muito bem-sucedidas, haja vista, poderíamos ter aprendido com eles como se sustentaram ao longo de suas histórias milenares apagadas, mas sem (se) sucumbirem, por conta própria, com suas próprias vidas e a Natureza como estamos fazendo.

E não estou falando tudo isso em relação à “Inovação, Tecnologia, Internacionalização”, da “Flexibilização”, da “Extensão” e até da “Sustentabilidade” e da Arte – que tudo tem relação direta com a minha pergunta-tema como pano de fundo – por puro revanchismo como podem pensar o ser alguns e algumas ao me lerem dentro e fora da universidade em que trabalho. Minha preocupação primeira é questionar como vamos continuar lidando, se conseguirmos, com o descontrole desenfreado da temperatura quando, na mesma semana, no caso de Mato Grosso do Sul, no ano de 2024 já temos cenários climáticos de picos de 6º a 45º graus? De tormentas e sequidão no mesmo dia. Criaremos aparelhos aquecedores, de ares-condicionados e umidificadores gigantes até qual tamanho e por quanto tempo sem ficarmos sem ar, sem madeira e sem água para sustentá-los? Como vamos lidar com as chuvas torrenciais e contínuas, caso do Sul do Brasil no início de 2024, e em relação às secas cada vez mais duradouras, com escassez de chuvas tropicais, no Norte e Nordeste do País? Vamos criar guarda-chuvas e guarda-sóis gigantes? De onde saíra tanta matéria-prima, por exemplo, ferro-mineral ou madeira para a construção de estruturas tamanhas por tanto tempo? Como vamos continuar vivendo sem os “céus de brigadeiros” porque está encoberto com a fumaça das queimadas, cada vez mais constantes, e, por tempo maior e com volumes de áreas queimadas cada vez maiores para a terra dar lugar ao plantio de grãos e a criação do gado que sequer consumimos e/ou podemos consumir no próprio Brasil? Nem a tecnologia aeroespacial, aérea e terrestre têm conseguido conter os incêndios nas áreas rurais e de matas, quanta mão-de-obra humana será necessária para controlar os incêndios para que não invadam também as áreas urbanas? Quantas vidas animais ainda vão ter que serem perdidas para frearmos nossos avanços de devastação da vida da Natureza em prol de inovação, tecnologia, desenvolvimento e progresso?

É por tudo isso, e mais um pouco que não é nada pouco, que tenho proposto, inclusive por meio da arte, um trabalho decente e responsável que agora não é mais restrito à docência, ou ao fazer artístico e menos ainda só à

pesquisa. Pois, de modo muito claro para mim, além da tríade artista-professor-pesquisador (Bessa-Oliveira, 2018), igualmente artista-professora-pesquisadora e, sem não, artiste-pesquisader-professer (quer dizer, em todos os gêneros, números e graus), todas as questões que envolvem arte, educação, democracia, política, ética, estética, cultura, conhecimentos, natureza, igualmente tecnologia, inovação, internacionalização, flexibilização, extensão e sustentabilidade, entre outras coisas, precisam terminantemente serem sociais em todos os sentidos, disciplinas e áreas do conhecimento. Mas também para a sociedades todas: acadêmicas, políticas (talvez esta mais ainda), estatais e privadas. Pois, nenhum corpo é ou vive sozinho no espaço, dois corpos não ocupam o mesmo espaço ao mesmo tempo, do mesmo jeito não vivemos sem a Natureza que, certamente, sobreviveria melhor hoje sem a gente como já proferiu não somente um Ailton Krenak. Logo, fomos, somos e precisaremos continuar acreditando que seremos sujeitos sociais, se sobrevivermos, em relações constantes e recíprocas (mas mais de submissões e respeitos) sob/com a Natureza.

Enfim, me parece que querem, a todo custo, nos tirar a consciência humana a fim de nos tornarem robôs-máquinas-humanas-tecnológicas-controláveis que nasce-cresce-estuda-trabalha-consome-sobrevive (*querer-ter-para-poder-ser*) para reproduzir e produzir, cada vez mais, inovação para perder a sensibilidade; tecnologia para perder a humanidade; internacionalização para perdermos as particularidades (alteridades); flexibilização para desacreditar a identidade; extensão para sustentar a rivalidade; e, sustentabilidade para disfarçar nossa inutilidade em quer sempre ter mais do que ser. Mas também querem que produzamos conteúdo virtual para perdermos nossas materialidades, que sigamos o conteúdo programático curricular nas escolas e universidades para não perdermos os Nortes deles da/para a viagem. Ainda devemos preencher documentos *online* e impressos para mantermo-nos vigiados, temos que atender a Universidade, atender a sociedade, atender ao CNPq, atender à CAPES, atender à Reitoria, atender às Pró-Reitoras, cada uma com sua demanda específica, a fim de que todos esses possam prestar suas contas com as nossas prestações de

contas com as demandas reproduzidas por eles/elas mesmos/as em respostas às demandas internacionais e nacionais (estatais e privadas) que lhes/nos são impostas. Tudo isso, me parece, tem como fim a ideia de controlar-nos anulando-nos para manter o controle das coisas que estão descontroladas porque Eles as descontrolaram para, cada vez mais, conseguirem ter dinheiro para assim pensarem e pensar sermos alguma coisa (máquinas), para continuar nos controlando para os organismos mundiais que estabelecem as metas de mortes das diferenças para manterem-se vivos dominando. Mas nós da arte não podemos permitir isso tão pacificamente! Mas também não podemos atribuir a Arte, sozinha, todas as soluções desses problemas. Não temos que ter mais responsabilidades que ninguém e nenhum setor. Todos somos responsáveis. Mas também não dá para continuar sendo romântico/a e achar que dá para esperar desta Arte aí (im)posta que salve esta sociedade aí presente.

Penso que nos querem como robôs, porque um robô, ainda, talvez até por pouco tempo, me parece, não tem os mesmos sentimentos que a gente que é humano e que deve ter. Mas, certamente, a máquina já improvisa os sentires, de muitas coisas humanas, como se fosse a gente ou até parecendo ser melhor que a gente. Até nas universidades, alunos e professores estão se valendo de máquinas e tecnologias para dizer que fazem ou que fingem dar conta de fazer as coisas melhor.²⁸ A diferença, entre eles e nós, para mim, é que eles, os robôs, certamente, sobreviveriam à poluição, à falta de água, ao excesso de sol, às chuvas intensas, entre outras intemperes que, certamente, se tornariam naturais e que nós não sobrevivemos. E ainda temos a pretensão de pensar que somos melhores que eles porque temos alguns sentimentos que eles ainda não têm. Entretanto, até mesmo um robô, me parece, precisa de humanos. Até mesmo um robô precisa de Natureza para que seus princípios tecnológicos continuem tendo matéria-prima para fabricação. Até mesmo um robô precisa de alguém que tenha história, memória, para sobreviver sendo carregado com nossas histórias

²⁸ Estão aí as IAs que não me deixam mentir: alunos copiam trabalhos da internet; professores usam as inteligências para dar até aulas programadas, etc.

e memórias. Até um robô precisa de comida, óleo, bateria recarregável ou eletricidade que seja, para manter-se funcionando, supostamente, bem.

Contudo, se o passado nos apresenta hoje histórias de sangue na maioria das narrativas, com perdas do sangue das mesmas pessoas em prol da sustentação das mesmas histórias coloniais, mortes que continuam derramando sangue até os dias de hoje no século XXI cada vez mais próximo de nós, precisamos atentar-nos para que futuro queremos: mais robótico ou mais humano? Não ligamos em aprender inglês, francês, alemão, italiano, espanhol e até português para nos aproximarmos das inovações tecnológicas e internacionais Deles como se fossem deuses. Mas achamos muita pretensão simplesmente re-conhecer culturas das diferenças como “guardiões das florestas” (Cabral; Gehre, 2020, p. 181), dirá falar, viver, ser e pertencer a cultura deles. Mais vida ou mais morte? O que queremos? Mais comida ou mais fome? Mais Natureza que sustenta ao homem ou mais homem que mata a Natureza? Seja por meio da produção de inovação, tecnologia, internacionalização, flexibilização, extensão ou sustentabilidade, seja por meio da arte que produzimos na atualidade, seja por meio das profissões que têm lugar maior nos mercados públicos ou privados, não podemos é continuar esperando um milagre da arte como se nada não dependesse muito mais de nós. É preciso olharmos para dentro de nós para vermos o que está sendo imposto à paisagem (de morte) da Natureza.

CONSIDERAÇÕES – O futuro, a quem pertence?

O ontem é história, o amanhã é um mistério, mas o hoje é uma dádiva é por isso que se chama presente.

Óia, eu sou preto. Tu é caboclo. Tem gente que é branca. Cada um com seus coro, num sabe.

Viver no passado e morrer no presente.

A ideia de que “O futuro a Deus pertence” me parece ter perdido todo o sentido na atualidade. Sorte a de Deus. Pois, como as coisas andam, só um

milagre para nos salvar. Assim, da retórica de como o mundo foi construído e como está estabelecido, para pensarmos em nosso futuro, a ideia da pergunta deve ser: o futuro, a quem pertence? E, infelizmente, esta interrogativa tem a ver com o seu, meu, o nosso futuro. Mas também deve ter a ver com o futuro da Escola, da Universidade e da Educação como um todo. Logo, não está restrito ao futuro daqueles que podem ir para Marte ou que podem se afundar num submarino à cata dos confins do mundo espacial ou aquático como se fossem um museu a visitar. Na verdade, azar aos futuros deles que se acham deuses capazes de de-finirem que suas mortes serão, supostamente, diferentes das nossas que, infelizmente, sobrevivemos na luta para nos mantermos vivos sob a retórica de mundo supostamente exclusivo do ideal deles. Se não mudarmos a narrativa de que a Natureza, por exemplo, está ao serviço das máquinas e dos homens, teremos um futuro muito ruim daqui bem pouco tempo. Presságio? Não, constatação diante dos últimos acontecimentos climáticos que, por causa de ações políticos e sociais, estão se naturalizando.

E da arte, o que podemos esperar ou do que com ele podemos reclamar diante de tanto caos? Pois, ficar “À espera de um milagre” é que já não podemos mais. Mas podemos propor novas recontagens de histórias das nossas ancestralidades indígenas e africanas, mas também asiáticas e até europeias que não foram consideradas para construir nossa ideia de história, memória e arquivo (universais) impostos que até hoje soterram, cada vez mais, os corpos, vidas, memórias, histórias e arquivos, assim como as artes, culturas e conhecimentos das ancestralidades apagadas pelas ideias de mitos de salvação, riqueza, poder, ter e modernidade. Da mesma forma, é preciso demonstrar que sentir por meio da arte outras experiências, como *experivivências*, é tarefa nossa, não da arte sozinha. Somos nós que devemos propor, por meio de conceitos *outros* de artes – conceitos de artes que foram retardadas em artesanato, popular, vazia, primitiva, entre outras (des)classificações modernas – *experivivências* que nos rememorem nossas histórias biográficas, particulares, *biogeocorpográficas* porque somos nós quem sentimos. E esses conceitos não

podem ser dados como meros conceitos disciplinares, precisamos re-conhecer-nos nesses conceitos que, longe das academias, universidades, escolas e instituições formais, fazem sentidos para nós que somos corpos das diferenças coloniais e constituímos essa sociedade.

Se a arte alimenta o corpo ou a alma, exclusivamente não é por dinheiro, riqueza ou poder, menos ainda destituindo a vida da Natureza. Assim é que “De Arte e Corpo todo mundo devia ter consciência um pouco!”. Pois o corpo precisa de alimento que sustenta a alma. Alimento que, muitas vezes, é simplesmente desvalorizado e descartado como se o corpo que o consome não precisasse de alimento para manter-se vivo porque é desprezável e, menos ainda, assim, teria alma. Por tudo isso e mais um pouco, precisaríamos compreender melhor a ideia das passagens que encimam como epígrafes essas considerações: Pois, se *O ontem é história, o amanhã é um mistério, mas o hoje é uma dádiva é por isso que se chama presente*. Precisamos sentir-nos presenteados pelo mundo que nos foi dado, mas que não o mantivemos. Porque dizer que este mundo como está é um presente divino é que não podemos. Simplesmente estamos destruindo todo o mundo que nos foi dado: ora para produzir, consumir e ter, ora para reproduzir, desenvolver a fim de ainda mais ter.

Então, *Óia, eu sou preto. Tu é caboclo. Tem gente que é branca. Cada um com seus coro, num sabe*. Cada um com sua cor, seu corpo, sua regra, sua norma, sua liberdade, seu pensamento, mas todos precisamos aprender a conviver com as diferenças dos *coros dos otros*. Assim, se todas as intenções institucionais aqui tratadas não reconhecerem isso, a fim de en-quadrar-nos em modelos inovadores, tecnológicos e internacionais, por meio de óticas de flexibilização ou extensão e sustentabilidade que fingem querer diferenças, mas são meras manutenções de mais do mesmo, é preciso nos rebelarmos, nos revelarmos contrários a tudo isso que nos está sendo imposto. É preciso fazer evolução dos nossos pensamentos por meio da arte, é preciso evolução com a arte, é preciso redução do desenvolvimento e progresso econômicos a qualquer custo. É preciso revolução do pensamento social sobre tudo isso. E, a arte, com

isso, é fundamental neste processo. Mas não a única. O texto e entre nós – sujeitos da arte – cabem tudo, mas na prática a arte é sempre a primeira a ser desconsiderada quando não usada para ilustrar, fazer dancinha, teatrinho, musiquinha de animações em palanques alheios. Pois, se a arte ainda é desconsiderada pela grande maioria das pessoas, é preciso fazer com que a arte tenha importância para as pessoas. Porque se tem uma coisa que a arte pode nos responder diante disso tudo, é que o mundo precisa mais é de arte e menos de desenvolvimento e progresso para poucos e mortes de muitos com faltas de tudo. Mas de que arte precisamos falar para mudar este mundo? Claro, da arte que faz sentido para as pessoas comuns deste mundo.

O poder público e até as instituições privadas têm grande responsabilidade em relação a tudo isso. Mas não podemos depender deles para fazermos revoluções contra eles. Afinal, ninguém te quer consciente de tudo isso para poderem manter-te sob controle deles. A universidade e o museu foram criados para continuarem controlando o saber e a subjetividade. Pior, ela por meio da Ciência e o museu por meio da Arte. Pois, “[...] em todos os países latino-americanos com governos ditos “progressistas”, o projeto capitalista-modernista-extrativista está em plena ascendência, assim como a lógica patriarcal, paternal e colonial, a criminalização do protesto e da violência, a repressão e a fragmentação social” (Walsh, 2023, p. 119, tradução livre minha), esses últimos são os maiores projetos desses governantes e instituições públicas e privadas para continuarem nos controlando sob rótulos ideológicos de políticas sociais. Logo, **“Hoje, a descolonização já não é um projecto de libertação das colónias, com vista à formação de Estados-nação independentes, mas sim o processo de descolonização epistémica e de socialização do conhecimento”** (Mignolo, 2004, p. 668, grifos meus), em nosso caso, por meio da arte. É preciso, antes de tudo, minimamente relevar a universidade como esta era para a sociedade no passado – lugar de produção de conhecimentos e importante –, mas mudando aquele perfil daquela Uni-versidade para um espaço

de pluriversidades a partir de nós (sociedades) e por meio de paradigmas *outros* de universidade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ACHINTE, Adolfo Albán. Comida y colonialidad: tensiones entre el proyecto hegemónico moderno y las memorias del paladar. GOMEZ, Pedro Pablo; (Et.al.). **Arte y estética en la encrucijada descolonial II**. Compilado por Pedro Pablo Gomez. 1ª ed.. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, 57-76. (El desprendimiento / Walter Mignolo).

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. **Arte e Trabalho. Arte como Trabalho. Trabalho da Arte**.. 1. Ed.. Londrina, PR: Editora Sorian, 2024. COLEÇÃO – Situação da Arte: filosofar crítico *biogeográfico* fronteiriço – Volume 1.

BESSA-OLIVEIRA, M. A. **A UNIVERSIDADE E A ARTE TRANS-FORMAM (PARA) A(S) VIDA(S)**. **SciELO Preprints**, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6312. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6312>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. CORPO CONSCIENTE. COR(PO) CONS(CIENTE). COR CIENTE. CORPO CIÊNCIA.. **Tema para as Aulas de Artes Visuais** – cursos de Dança e Teatro – Licenciatura – da UEMS/UUCG, 2023a, p. 1-21. (Texto no prelo)

BESSA-OLIVEIRA, M. A. O CORPO E A GEOPOLÍTICA DA TECNOCOLONIZAÇÃO, TECNOCOLONIALIDADE DO CORPO NA ARTE, NA CULTURA E NA EDUCAÇÃO! (2ª PARTE). **SciELO Preprints**, 2023b. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6399. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6399>. Acesso em: 17 set. 2024.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. PENSAMENTO DESCOLONIZADO COMO RE-EXISTÊNCIA DE PASSADO NA ARTE: PENSAR-NÃO-SENDO EUROPEU.. **(Re)existências: anais do 30º encontro nacional da ANPAP**. Anais...João Pessoa(PB) ANPAP, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/30ENANPAP2021/371014-PENSAMENTO-DESCOLONIZADO-COMO-RE-EXISTENCIA-DE-PASSADO-NA-ARTE--PENSAR-NAO-SENDO-EUROPEU>. Acesso em: 14 ago. 2024.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. O CORPO E A GEOPOLÍTICA DA TECNOCOLONIZAÇÃO, TECNOCOLONIALIDADE DO CORPO na Arte, na Cultura e na Educação! (1ª Parte). [Cadernos de Estudos Culturais - Despoéticas, despolíticas, desobediências, v. 2 n. 24, 2020](#), p. 161-184. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/13045>. Acesso em: 17 set. 2024.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. O que ainda pode a arte contemporânea?: alguns apontamentos para o ensino de artes visuais na universidade.

ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 28, Origens, 2019, Cidade de Goiás. Anais [...] Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019. p. 236-249. Disponível em:

https://anpap.org.br/anais/2019/PDF/ARTIGO/28encontro_BESSA-OLIVEIRA_Marcos_Ant%C3%B4nio_236-249.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. Artista, professor, pesquisador: uma matéria em questão nas artes. BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. (Org.). **NAV(r)E – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Arte na Universidade**: artista, professor, pesquisador. Campo Grande, MS: Life Editora, 2018, p. 255-266.

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. COMITÊ GESTOR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E REFORMA DO ENSINO MÉDIO, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2018.

CABRAL, Raquel; GEHRE, Thiago. (Orgs.). **Guia agenda 2030**: integrando ODS, educação e sociedade. Ilustração Lucas Fúrio Melara. 1. Ed.. São Paulo: Lucas Fúrio Melara: Raquel Cabral, 2020. PDF.

CASTRO, Tamara. Raízes em semente: corpo, ancestralidade e arte-educação. Encontro de formação do projeto Educação com Arte tem a presença da artista plástica Carolina Velasquez. Fotos: Marco Antonio Vieira/Acervo CENPEC.

Cenpec Saberes e Práticas. TEMA: Arte e Cultura. Disponível em: <https://saberesepraticas.cenpec.org.br/tematicas/raizes-em-semente-corpo-ancestralidade-e-arte-educacao>. Acesso em: 03 set. 2024.

CE/CEPE-UEMS – CÂMARA DE ENSINO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**. Nº 309, de 30 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.uems.br/pro->

reitoria/proec/DIVISAO-DE-EXTENSAO/Normas-da-Extensao. Acesso em: 07 jun. 2023.

DUSSEL, Enrique D.. **Para una de-estrucción de la historia de la ética I**. Editorial Ser y Tiempo, Mendoza, 1972, 168 pp.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus – AM: Imprensa Universitária, maio de 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 09 out. 2023.

LOPES, Fernanda. Tudo pode ser arte, mas arte não pode ser tudo. Entrevistado Milton Machado. **Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, PPGAV-UFRJ, vol. 26, n. 39, p. 267-285, jan./jun. 2020. ISSN-2448-3338. DOI: <https://doi.org/10.37235/ae.n39.19>. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/ae>. Acesso em: 03 set. 2024.

LORCA, Javier. Entrevista a Walter Mignolo, profesor e investigador de la Universidad de Duke “El control de los cuerpos y los saberes”. **Página 12**. Universidad | Martes, 8 de julio de 2014, p.1-2. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/imprimir/diario/universidad/10-250276-2014-07-08.html>. Acesso em: 08 jul. 2014.

LOSACCO, José de Jesús Romero. El giro decolonial: aportes para una semiótica decolonial transmoderna. **Proceedings of the 10th World Congress of the International Association for Semiotic Studies (IASS/AIS)**. Universidade da Coruña (España / Spain), 2012. ISBN: 978-84-9749-522-6, pp. 679-694. Disponível em: https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/13368/CC-130_art_68.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 set. 2024.

MIGNOLO, Walter D.. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D.. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004, p. 667-709.

PITEIRA, Susana. Da natureza à arte: uma poética da criação. **Revista Visuais**, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 211–228, 2020. DOI: 10.20396/visuais.v6i2.14765. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/visuais/article/view/14765>.

Acesso em: 10 set. 2024.

PLANETA, Cleópatra. Apresentação. CABRAL, Raquel; GEHRE, Thiago. (Orgs.). **Guia agenda 2030**: integrando ODS, educação e sociedade. Ilustração Lucas Fúrio Melara. 1. Ed.. São Paulo: Lucas Fúrio Melara: Raquel Cabral, 2020. PDF, p. 9-9.

WALSH, Catherine. **Agrietar la Uni-versidad**. Reflexiones interculturales y decoloniales por/para la vida. Compiladorxs: Rene Olvera Salinas, Víctor Torres Leal y Patricia Roitman Genoud. Universidad Pedagógica Nacional, Santiago de Querétaro, Querétaro, México; Lengua de Gato Ediciones, 2023.